

1 Ata da reunião ordinária nº 746 do
2 Conselho Universitário da
3 Universidade Estadual de
4 Londrina, realizada no dia 05 de
5 março de 2021.

6 No dia cinco do mês de março, do ano de dois mil e vinte e um, às
7 nove horas, na sala virtual link meet.google.com/niq-rjkc-pyn, em
8 razão do isolamento social, decorrente da pandemia de coronavírus,
9 reuniu-se o Conselho Universitário, sob a presidência do reitor, Prof.
10 Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, do Vice-Reitor Prof. Dr. Décio
11 Sabbatini Barbosa e com a presença dos seguintes Conselheiros:
12 Airton José Petris; Amauri Alcindo Alfieri; Ângela Lamas Rodrigues;
13 Ângela Pereira Teixeira Victória Palma; Aron Lepes Petrucí; Azenil
14 Staviski; Célio Roberto Estanislau; Cristiano Medri; Décio Sabbatini
15 Barbosa; Edméia Aparecida Ribeiro; Eliel Joaquim dos Santos; Eliel
16 Ribeiro Machado; Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues; Gilmar Aparecido
17 Altran; Guilherme Biz; Guilherme Schiess Cardoso; Inês Cristina de
18 Batista Fonseca; Itamar André Rodrigues do Nascimento; Joabe
19 Vieira da Costa; João Antônio da Silva; João Vitor da Silva Oliveira;
20 Jonatan Marques da Silva; José Henrique Cavicchioli; José Roberto
21 Pinto de Souza; Keli Regiane Tomeleri da Fonseca Pinto; Kennedy
22 Piau Ferreira; Lorena Ferreira Portes; Lúcia Giuliano Caetano; Mara
23 Solange Gomes Dellaroza; Marcelo Alves de Carvalho; Marcia Regina
24 Eches Perugini; Marcos Augusto Rocha; Maria Fernanda Rodrigues
25 Graciano; Mário Sérgio Mantovani; Marta Regina Gimenez Fávaro;
26 Nilson Cesar Fraga; Patrícia Mendes Pereira; Paulo César Meletti;
27 Rafael Bataglia da Silva; Reginaldo Melhado; Ronaldo José do
28 Nascimento; Roni da Silva de Andrade; Sérgio Carlos de Carvalho;
29 Silvano César da Costa; Silvia Ponzoni; Tânia Lobo Muniz; Thiago
30 Correa Mattos; Viviane Aparecida Bagio Furtoso; Convidados: Alberto
31 Duran Gonzalez; Ana Marcia Fernandes; Cíntia Lara Maciel; Débora
32 Maiara Silva de Melo; Deise Mary Garbelini; Gabriel Giannattasio;
33 Guilherme Faraco; Gustavo Cruz Badaro; Lisiane Freitas de Freitas;
34 Miguel Etinger de Araujo; Paulo Liboni; Sirlei Mariano; **ORDEM DO**
35 **DIA** - Antes de iniciar a ordem do dia, o reitor saúda os representantes
36 dos Centros que iniciam os seus mandatos nessa reunião. CCA -
37 Guilherme Schiess Cardoso - Titular e Débora Cristina Santiago -
38 Suplente, CCB - Cristiano Medri - Titular e Nádia Kienen – Suplente,
39 CCE – Guilherme Biz - Titular e Rodrigo Rossetto Pescim – Suplente,
40 CESA - Reginaldo Melhado - Titular e Andrea Pires da Rocha –
41 Suplente, CCS - Keli Regiane Tomeleri da Fonseca Pinto - Titular e
42 Sandra Regina Quintal Carvalho – Suplente, CECA - Kennedy Piau

1 Ferreira - Titular e Luiz Carlos Sollberger Jeolás Suplente, CLCH -
2 Ângela Lamas Rodrigues - Titular e Raquel Kritsch - Suplente, CTU -
3 Nilson Magagnin Filho - Titular e Oigres Leici Cordeiro de Macedo -
4 Suplente, CEFE - Ronaldo José Nascimento - Titular e Crivaldo
5 Gomes Cardoso Junior – Suplente. **Item 1 - Discussão e votação da**
6 **ata nº 741. Item 2 - Discussão e votação da ata nº 742 e 742**
7 **(continuação). Item 3 - Discussão e votação da ata nº 743.**
8 Sugestão da Profa. Angela Palma de colocar a página na ata,
9 acrescentar o sobrenome da Silvia Borba, na ata 741, na homenagem
10 que o reitor faz em virtude da aposentadoria. Na ata nº 741 p. 1, linha
11 26: como presente está o Prof. Ronaldo Gaspar, porém, na lista de
12 assinaturas consta como presente a suplente dele, Profa Raquel
13 Kristch. Profa. Viviane - na página 2: linha 5 e linha 10, precisa corrigir
14 o seu nome Viviane Furtoso e não Viviane Malta. Aprovadas com 9
15 abstenções, em razão de que os conselheiros que iniciam seus
16 mandatos nessa reunião, não faziam parte do Conselho Universitário
17 à época dessas reuniões. **Item 4 - Processo 8102/2020 - PROEX -**
18 **recurso administrativo acerca da decisão do Conselho de Ensino,**
19 **Pesquisa e Extensão - CEPE. (Relator: Prof. Dr. Sérgio Carlos de**
20 **Carvalho).** O reitor relata o processo e solicita que o Prof. Airton leia o
21 parecer da Câmara de Legislação e Recursos, e assim foi feito. Prof.
22 Airton - A Câmara de Legislação e Recursos, em reunião remota
23 realizada em 26 de novembro de 2020, analisou o processo em tela,
24 referente ao Projeto de Extensão nº 02211, tendo em vista a
25 solicitação de seu Coordenador para que o Conselho Universitário
26 revise decisão do Conselho do Centro de Letras e Ciências Humanas
27 (CLCH), que a indeferiu em reunião realizada no dia 05 de maio de
28 2020 e aprove seu pedido de prorrogação. Presentes na reunião da
29 CLR os seguintes membros: Airton José Petris, Leandro Ricardo
30 Altimari, Paulo César Meletti, Rafael Bataglia da Silva, Silvano César
31 da Costa e Thiago Corrêa Mattos. Considerando que o processo em
32 questão tramitou formalmente pelos níveis da administração
33 universitária competentes, nos termos dos Art. 231 e 232 do
34 Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina;
35 Considerando que constam do processo manifestações dos níveis
36 administrativos envolvidos, tanto do ponto de vista da análise técnica
37 do projeto quanto dos recursos apresentados pelo requerente;
38 Considerando que o último recurso apresentado ao Conselho de
39 Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em reunião ordinária ocorrida
40 em 29 de outubro de 2020 não foi apreciado em razão da
41 intempestividade da solicitação. A Câmara de Legislação e Recursos
42 considerou-o, em relação aos seus aspectos formais, APTO para ser

1 analisado pelo Conselho Universitário no que se refere à não
2 manifestação do CEPE e consequente perda de objeto em razão do
3 recurso intempestivo. A Câmara de Legislação e Recursos sugere que
4 seja acatado o pedido de participação do requerente na reunião do
5 Conselho Universitário, que analisará o processo, conforme
6 manifestação da Procuradoria Jurídica da Universidade (PJU),
7 exposto na folha 157. Prof. Sérgio Carvalho – esse processo é um
8 recurso que foi feito contra a decisão do CEPE de não analisar o
9 recurso em razão da intempestividade. Por que esse processo foi
10 retirado de pauta da última reunião? Porque o requerente manifestou
11 que não havia tomado ciência do parecer da Procuradoria Jurídica,
12 portanto, estaria em situação de desvantagem diante o que estava
13 sendo analisado naquele momento. Na dúvida, retiramos de pauta
14 para garantir o direito do professor. O requerente tem o direito de se
15 manifestar por 15 minutos, regimentalmente, mas, não pode interagir
16 com os conselheiros. O direito de defender-se diante a um conselho
17 superior é muito caro, porque representa exercer o direito à
18 democracia. Retiramos de pauta naquele momento e está retornando
19 agora, após a devolução do A.R dos Correios, o que prova que o
20 processo foi devidamente recebido pelo Professor Gabriel
21 Giannattasio, para que possamos exercer plenamente a democracia
22 no âmbito da autonomia universitária e para que ele possa defender o
23 seu pleito perante esse Conselho. Agora passa a palavra para o Prof.
24 Giannattasio que é regulamentado pelo Conselho Universitário, por
25 normatização de 2015, a fazer manifestação de quinze minutos e é
26 manifestação una, não há outro espaço de interação entre nós, mas
27 garante que poderá assistir a todas as manifestações dos
28 conselheiros, terá acesso a ata, assumindo o compromisso que esse
29 material não será utilizado de maneira vã, fora das instâncias da
30 comunidade universitária. Prof. Gabriel Giannattasio – agradece a
31 oportunidade desse Conselho de conceder a palavra e avaliar o
32 recurso que está pleiteando. Ao tomar posse do inteiro teor do
33 processo, foi possível entender qual é o objeto em questão que está
34 em pauta nesse conselho. Gostaria que sua fala estivesse na sua
35 integralidade na ata. Primeiramente, Prof. Sérgio, gostaria de fazer um
36 pequeno reparo na sua fala inicial, a solicitação de prorrogação de
37 prazo foi aprovada na comissão de extensão de História, foi aprovada
38 em reunião do Departamento de História, foi aprovada em reunião de
39 Comissão de Extensão de Centro, e na reunião de Conselho de
40 Centro é que não foi aprovado, então, só não foi aprovado em última
41 instância. O que causou certo desconforto em parte dos conselheiros
42 de Centro. Entrou com recurso, primeiramente, a uma câmara de

1 extensão do CEPE e esta, reunida, entendeu que deveria ser
2 constituída uma comissão para avaliar todo o processo. Entretanto, na
3 hora de constituir essa comissão, não havia mais quórum, então, a
4 constituição foi adiada para a reunião seguinte, e nessa reunião,
5 decidiu-se que não mais seria constituída essa comissão e negava o
6 provimento do recurso, alegando que o projeto se parecia mais a um
7 projeto de pesquisa, do que de extensão, foi então que decidiu
8 recorrer ao CEPE. Teria 10 dias para recorrer e o recurso foi
9 protocolado em 15 dias, estava intempestivo, porém, havia naquele
10 momento, uma situação particular, que é parecida com o que está
11 acontecendo agora, de pandemia e teve dificuldades de se reunir com
12 os demais membros do projeto e, por isso, o atraso. Não é por outro
13 motivo que houve, inclusive, uma decisão institucional, por meio da
14 resolução 050/2020, de prorrogar todos os projetos de extensão. Faz
15 um apelo ao C.U que entenda a excepcionalidade do recurso
16 apresentado e de sua intempestividade. Um outro problema que é
17 estrutural, não tínhamos conhecimento da motivação, da
18 argumentação da câmara do CEPE, porque a ata só é passada ao
19 requerente após aprovação da mesma, que se dá na reunião
20 seguinte, cerca de 30 dias após, sendo que só temos 10 dias para o
21 recurso. Por isso, roga a esse conselho que aprove que esse
22 recurso seja aceito e que o processo retorne ao CEPE. Gostaria de ter
23 resposta para considerando que o pedido de prorrogação do Projeto
24 de Extensão UEL A Casa da Tolerância, foi protocolado no sistema no
25 dia 04 de dezembro de 2019, mas foi avaliado pelo Conselho de
26 Centro, segundo as normas que entraram em vigor no dia 06 de
27 dezembro de 2019. Como que o pedido que foi protocolado no dia 4
28 de dezembro pode ser avaliado por uma legislação posterior ao
29 ingresso do pedido? Considerando que segundo a legislação dessa
30 Universidade o parecer à solicitação de prorrogação deveria ter sido
31 dado até a data de 5 de fevereiro de 2020, ou seja, 60 dias depois da
32 entrada do pedido, mas, só foi avaliada em reunião do Conselho de
33 Centro em 7 de julho de 2020, portanto, houve também uma
34 intempestividade. Considerando que os projetos de extensão têm,
35 segundo garante a própria normatização desta instituição, uma
36 interface com a pesquisa e ou ensino e que, portanto, não há
37 contradição no fato de nosso projeto lançar mão eventualmente de
38 trabalhos de pesquisa documental. Se refere a isso, porque o
39 Conselho do Centro e a Câmara do CEPE insistiram neste argumento.
40 Considerando o risco que se abriu com a avaliação deste projeto, a
41 saber, o inédito fato do pedido de prorrogação ter sido aprovado na
42 Comissão de Extensão de Departamento, na Comissão de Extensão

1 do Centro e reprovado em reunião do Conselho de Centro e, ainda, o
2 fato de que em uma primeira votação o Conselho de Centro se dividiu
3 exatamente ao meio, com seis votos favoráveis e seis votos contrários
4 ao pedido de prorrogação, o que indica que o mérito avaliado não foi
5 técnico, tese reforçada por declarações constantes na ata da reunião
6 do Conselho de Centro do dia 7 de julho de 2020. Por fim, a última
7 etapa era a publicação de um livro que está em fase final. Se há uma
8 normatização vigente, qual seja a Resolução CEPE 050/2020, que
9 prorroga os projetos de extensão em razão da pandemia, por que o
10 projeto sob sua coordenação não foi considerado pela mesma
11 normativa? Por isso, gostaria que o CEPE analisasse o processo em
12 sua integralidade e respondesse às questões postas. A democracia
13 exige que nós enfrentemos verdades inconvenientes. Durante o
14 período que coordenou, leu um livro que se chama “Inimigo do Povo”,
15 que é uma peça de teatro. De certo modo o nosso desafio é enfrentar
16 verdades inconvenientes e o nosso projeto causa desconforto por
17 suas verdades inconvenientes. Estão varrendo as verdades para
18 debaixo do tapete. Mas um dia esse tapete será levantando e as
19 verdades irão aparecer. Como cada um de vocês quer entrar para a
20 história? Agradece a oportunidade da exposição e que estejam todos
21 bastante iluminados quando se tem uma decisão tão importante a
22 tomar. Reitor abre oportunidade para quatro inscrições. Prof.
23 Reginaldo Melhado – Sou do Departamento de Direito Público. Em
24 Direito, os prazos são fatais, como uma lógica da dialética do
25 processo que assegura o devido processo legal e o direito de cada
26 um. Então, o devido processo legal depende da igualdade de armas e
27 depende da observação dos prazos. Os prazos não são mera
28 formalidade, têm conteúdos éticos que não podem ser
29 desconsiderados, assim como a lei tem um conteúdo ético e quando a
30 lei é desconsiderada, isso não funciona, não dá certo. O professor
31 Gabriel a quem respeita, e a quem cumprimenta pela defesa, alega
32 que o Conselho de Centro também decidiu fora do prazo. Se o
33 Conselho decidiu fora do prazo, isso deveria ter sido questionado lá
34 atrás. O requerente assume a intempestividade, expressa isso na sua
35 fala, mas, justifica o quadro de pandemia. Alega que não conhecia as
36 alegações finais do processo. Parte do princípio que os dois
37 argumentos são verídicos, mas, isso não justificaria a
38 intempestividade dos recursos. “O direito não socorre aos que
39 dormem”, se efetivamente o professor Gabriel não conhecia os
40 fundamentos da decisão que lhe foi contrária, caberia a ele, dentro
41 dos 10 dias, pedir dilatação do prazo, requerer até mesmo a
42 devolução integral do prazo, o que não poderia fazer é negligenciar,

1 deixar o prazo passar, não falar nada e no décimo quinto dia ajuizar o
2 recurso. Se dentro do prazo ele dissesse que não poderia recorrer
3 dentro do prazo, se tivesse uma justificativa razoável, certamente o
4 presidente da instância admitiria uma prorrogação do prazo, mas isso
5 não foi feito e parece que o requerente deixou o prazo passar e
6 depois foi buscar argumentos para defender. Não é uma questão
7 filosófica, ideológica nem de jogar a verdade debaixo do tapete, quem
8 jogou a verdade debaixo do tapete foi o Estado do Brasileiro quando
9 deixou, por exemplo, que a ditadura passasse impunemente, que seus
10 torturadores não fossem julgados, isso é jogar a verdade abaixo do
11 tapete, o que o Conselho fará aqui é outra coisa. Propõe que o
12 Conselho rejeite o recurso porque foi apresentado fora do prazo,
13 segundo admitiu o recorrente de modo expresso, e sem uma
14 justificativa razoável. É isso que propõe ao Conselho, rejeitar a
15 proposição diante a confessa intempestividade do recurso. Profa.
16 Viviane – gostaria de fazer um esclarecimento sobre a data que o
17 ^[L]_{SEP} Conselho do CLCH analisou a solicitação do professor. Foi pauta-
18 da primeira vez em 07/04/2020, quando foi disponibilizado para a
19 direção no sistema, conforme consta em ata (folhas 24-33 deste
20 processo). Em abril o processo foi retirado de pauta para instrução
21 devido aos questionamentos dos conselheiros. Seguiu seu trâmite,
22 teve o primeiro parecer do Conselho do CLCH registrado na ata de
23 05/05/2020 (folhas 35-47) e em 07/07/2020 foi analisado o pedido de
24 revisão do parecer do Conselho do CLCH referente à prorrogação de
25 prazo do Projeto de Extensão No2211 (folhas 97-100) e não a análise
26 do processo, como questionou o Prof. Gabriel Giannattasio. Reitor
27 pede um esclarecimento ao Prof. Paulo Liboni da PROEX, que
28 trabalhou nesse processo, porque a resolução 050/2020 não afetou o
29 projeto dele e se há consequência sobre a carreira do professor, a
30 não aprovação, isso não está em análise, mas evidentemente
31 estamos tratando de um colega e precisamos saber quais as
32 repercussões disso sob a própria vida do Prof. Gabriel, da decisão do
33 CEPE que está sendo motivo de recurso. Prof. Paulo Liboni – sobre a
34 resolução 050/2020, cabe esclarecer que essa resolução foi publicada
35 no dia 30 de julho de 2020 e o projeto do professor Gabriel já estava
36 reprovado no sistema no dia 07/05/2020, além disso, a própria
37 resolução de prorrogação estabelece como marco temporal o dia
38 16/03/2020 para prorrogações automáticas e o projeto do Prof.
39 Gabriel Giannattasio expirou no dia 06/03/2020 e foi reprovado seu
40 pedido de prorrogação no dia 07/05/2020, portanto, de modo também
41 extemporâneo a cobertura oferecida pela resolução que prorrogou os
42 projetos de extensão na Universidade Estadual de Londrina. Quanto à

1 segunda pergunta sobre eventuais sanções ou penalidades, cabe
2 esclarecer que o Conselho do CLCH não aprovou o relatório parcial
3 do projeto, com vistas a sua prorrogação, o docente não submeteu o
4 relatório final, conseqüentemente, a Câmara de Extensão, ao
5 referendar a decisão do CLCH, manteve a não aprovação do relatório
6 parcial, com vistas a sua prorrogação. Não estamos falando de uma
7 negativa, de uma reprovação de um relatório final, que este sim de
8 acordo com a Resolução 070, quando um projeto tem seu relatório
9 final rejeitado, aí sim há sanções e procedimentos cabíveis. Nesse
10 caso, como se trata de pedido de prorrogação e o relatório foi parcial
11 com vistas a esta prorrogação e foi esse relatório que foi reprovado
12 pelo CLCH, cuja a decisão foi referendada pela Câmara de Extensão,
13 Cultura e Sociedade, como não se trata de relatório final, não existe
14 medidas cabíveis na Resolução 070. Prof. Silvano - Concorda com o
15 Prof. Reginaldo sobre prazos, é algo que se tem a cumprir. Se
16 pergunta o porquê estamos aqui deliberando sobre esse recurso. O
17 processo foi reprovado no Conselho do CLCH, porque foi colocado
18 vários itens no processo que deviam constar do relatório e não
19 constavam. A falha foi lá atrás, no Conselho de Departamento,
20 deveriam apontar as falhas do documento e dar a chance ao
21 professor de inserir os itens que estavam faltando, para depois ir para
22 o Conselho de Centro, porque no Conselho de Centro, como consta
23 no processo, já não havia mais a situação dele inserir as informações
24 faltantes ou arrumar, lá era apenas aprovado ou reprovado, a
25 professora Viviane tem razão, consta isso no processo. Concorda em
26 relação aos prazos, não sabe se o termo é vício de origem, lá no início
27 faltou essa oportunidade ao professor de corrigir o relatório, então, o
28 erro se deu nas instâncias iniciais. Os prazos foram muito apertados,
29 então, o meu pedido é que o CEPE reavalie. Por 5 dias, em um
30 período de pandemia, podemos dar uma chance ao professor. Na
31 reunião que reprovou o relatório do professor, houve 9 votos
32 contrários e 9 abstenções, ou seja, havia muitas dúvidas ainda. Prof.
33 Airton – a CLR avaliou o objeto final desse processo, considerou apto
34 e está em condições de ser analisado o pedido de reconsideração do
35 professor sobre os prazos de intempestividade da solicitação. Isso
36 tem que ficar claro, acha que é mais ou menos a manifestação do
37 professor Reginaldo sobre qual o objeto dessa reunião de hoje, acha
38 que essa é a questão central. Do ponto de vista pessoal, gostaria de
39 deixar registrado que nós temos muitas dificuldades de pessoas
40 seguirem os ritos e se não nos atentarmos a isso, voltamos atrás em
41 decisões de fóruns anteriores. Essa discussão resvala para uma
42 direção que não é a que temos que avaliar. O que está solicitado no

1 processo precisa ser respeitado. Prof. Aron – tem dúvidas, primeira,
2 uma vez terminada essa questão e sendo ela desfavorável ao que o
3 professor solicita, o seu prazo para encerrar o projeto e fazer o
4 relatório se encerra hoje e não em junho de 2020. O professor está
5 em fase de recursos, o prazo dele está suspenso. Seu prazo para
6 encerrar o projeto encerra hoje. Não vê o porquê o professor não
7 pode encerrar esse projeto, encerrar e propor um outro na mesma
8 linha de estudo. E a terceira questão é toda vez que tem algum
9 projeto e vai a algum conselho, sempre recomenda que se coloque
10 uma pitada de pesquisa e uma pitada de ensino nesse projeto. Não
11 estamos aqui para analisar mérito do projeto. Mas levanta-se uma
12 questão estrutural, não podemos mais inserir pesquisa na extensão?
13 Prof. Paulo Liboni – Prof. Aron só um esclarecimento, essa sua fala é
14 muito importante tanto é que na Política de Extensão, tanto a nova
15 quanto aquela que é datada do período da constituinte Brasileira, a
16 nossa política de ensino estabelece a indissociabilidade do ensino
17 pesquisa e extensão como um pilar, então, de fato, é importante
18 destacar que é preciso e é urgente, entender que a extensão não
19 acontece dissociada da pesquisa e ensino e aqui cabe esclarecer um
20 detalhe importante, por isso pediu a palavra. Na reunião da Câmara
21 de Extensão na qual se referendou a decisão do Conselho do CLCH,
22 foi indeferido o processo não por parecer um projeto de pesquisa,
23 mas, por um documento que foi elaborado pelo CLCH que continha
24 inúmeros apontamentos acadêmicos que estavam falhos no relatório.
25 Por conta do sistema SICAP, que é o sistema de projetos, não permitir
26 devolução ao autor em caso de negativa na instância do Centro, a
27 PROEX até sugeriu as partes interessadas, Professor Gabriel e
28 Professora Viviane Presidente do Conselho do CLCH, que fosse
29 permitido a possibilidade de complementação pelo Professor
30 Giannattasio. O Prof. Giannattasio acolheu essa sugestão e esse
31 processo foi pautado novamente e foi reavaliado, portanto, já havia
32 sido complementado e nessa segunda reunião, isso consta do
33 processo, de posse de toda essa documentação encartada, o
34 Conselho de Centro do CLCH incluiu essa documentação com essa
35 série de apontamentos acadêmicos que estavam faltando e no
36 entendimento do Conselho de Centro do CLCH, não deveria ser
37 oportunizado ao professor Gabriel a renovação do prazo e a
38 prorrogação desse projeto. A Câmara de Extensão se pautou por esse
39 documento acadêmico do CLCH, além da manifestação por escrito,
40 dando oportunidade ao contraditório feito pelo Professor Gabriel
41 Giannattasio, então, a Câmara de Extensão lendo toda essa
42 documentação, decidiu por referendar e manter a decisão do

1 Conselho de Centro do CLCH, isso consta em ata que foi
2 oportunizado ao professor Gabriel, consta no processo que a negativa
3 não foi pautada por um único motivo, foi na verdade pautada por um
4 documento acadêmico produzido em segunda reunião do CLCH,
5 constando as diversas razões para negar a prorrogação do docente
6 requerente. Profa. Mara Solange – é claro que lutamos pela
7 indissociabilidade, mas tem que haver a coerência de saber que se
8 opto por enquadrar o projeto em uma categoria de extensão, este
9 projeto terá que prioritariamente responder aos critérios e avaliações
10 de um projeto de extensão, a partir do seu plano de atividades
11 propostas, posso desenvolver pesquisa, ensino, entretanto, o relatório
12 final deve comprovar o cumprimento dos critérios e do plano de
13 trabalho relacionado à extensão, não é o foco dessa reunião retornar
14 às questões de mérito desse processo, porque estes já estão
15 descritos nas atas das reuniões dos Conselhos de Centro. Voltando
16 ao objeto de decisão do C.U, que é a questão do recurso à decisão do
17 CEPE de não apreciar, por intempestividade, gostaria de informar
18 algumas datas a este Conselho, porque muitas vezes no processo
19 estas questões não são tão claras. O Processo foi apreciado em duas
20 câmaras de extensão, o primeiro no dia 28/07/2020 e outro no dia
21 04/08/2020, data em que tivemos uma decisão, da qual o Prof. Gabriel
22 foi informado, porém, solicitou a ata, como já esclarecido a ata teria
23 que ser aprovada em reunião subsequente. Foi aprovada na reunião
24 subsequente, no dia 25/08, no dia 27/08 o professor recebeu a ata na
25 integra, foi o tempo de ajustarmos a redação da ata conforme as
26 deliberações da Câmara que a aprovou e enviarmos ao Prof. Gabriel.
27 Em termos de temporalidade, o prazo para o professor protocolar o
28 seu pedido terminaria no dia 30/08/2020, já que ele confirmou no dia
29 20/08 o recebimento da decisão do CEPE, então, em verdade,
30 quando ele recebeu a ata, restavam ainda 3 dias para solicitar recurso
31 ao CEPE. Não havendo mais nenhuma manifestação dos
32 conselheiros, o reitor, Prof. Sérgio Carvalho, submeteu o processo à
33 votação. Em regime de votação – os favoráveis ao recurso do Prof.
34 Gabriel Giannattasio, registrem no chat – 7 favoráveis – 31 contrários
35 – 1 abstenção. Declaração de voto, Prof. Aron - votou contrário -
36 “votei contrário ao recurso exclusivamente devido à perda do prazo
37 recursal pelo interessado.” Antes de passar para o próximo ponto, o
38 reitor passou a palavra para a Superintendente do Hospital
39 Universitário, Enfermeira Vivian Feijó para transmitir ao Conselho
40 Universitário informações acerca do terrível problema de saúde que
41 estamos passando. Vivian Feijó – infelizmente gostaria de ser
42 portadora de boas notícias, estamos na luta no enfrentamento da

1 pandemia desde março do ano passado, fizemos um ano agora e
2 esperávamos viver um melhor momento no aniversário, infelizmente
3 nós vivemos o pior momento da pandemia, em setembro tivemos
4 picos importantes extremamente difíceis de serem gerenciados,
5 estamos em fevereiro de 2021 com números absurdos, com
6 crescimento exponencial, crescimento acelerado. Temos a equipe da
7 UEL que apoia os dados do Município e não só o Município de
8 Londrina, mas, de toda região, atendemos 97 Municípios, sendo 60%
9 na média são da cidade de Londrina, 22% Rolândia, Cambé, Ibiporã e
10 o restante dos outros municípios. Temos feito essa aproximação e
11 esse apelo em relação a sensibilização e definição do conhecimento
12 junta a população na maior parte de pessoas possíveis e no meio de
13 tudo isso nós encontramos um desencontro político e administrativo
14 de algumas autoridades, não entrará nesse mérito político, porém tem
15 atrapalhado muito a nós que estamos na comissão de frente da
16 prestação de serviço de saúde. Este hospital, maior Órgão
17 Suplementar da Universidade cresceu muito, teve muito investimento
18 por parte do Governo do Estado, ousa dizer mais de 50 milhões se
19 consideramos as obras e todos os esforços, 5 milhões da Câmara
20 Municipal, tivemos apoio do Município de Londrina e muito
21 engajamento do time da Universidade e do Hospital Universitário.
22 Foram pesquisas, ações coletivas que estruturaram e encantaram o
23 hospital neste novo clima organizacional em defesa da pandemia.
24 Crescemos 55% na nossa capacidade, nas últimas três semanas, os
25 números foram crescendo e surpreendentemente foi aumentando o
26 número de pacientes graves, não entrará no mérito clínico, mandamos
27 vários exames para fora e estamos no aguardo, mas, não temos
28 dúvida que a CEPA NOVA P1 já circula entre nós. Só hoje de manhã
29 já intubamos 4 pacientes na emergência, 2 pacientes no hospital de
30 retaguarda que é o nosso “Hospital de Campanha” e que Londrina
31 teve o privilégio de ter um Hospital de alta capacidade resolutiva e de
32 estrutura organizacional, que não chama Campanha porque seria um
33 demérito, pela estrutura e pela capacidade operacional que tem da
34 retaguarda do hospital. Esclarece isso aos senhores, porque muito se
35 fala de Hospital de Campanha e ele não resolve a necessidade dos
36 pacientes hoje e não adianta mais criarmos leitos, expandirmos
37 estruturas físicas, porque não temos mais pessoas para contratar, não
38 temos mais pessoas habilitadas, estamos acima da nossa capacidade
39 técnica. Aguardava a hora em que ia dizer para a população e vão
40 ouvir dizer hoje, às 11 horas, que o sistema de saúde colapsou, essa
41 noite ficou até às 2 horas da manhã no hospital e tínhamos 80
42 pacientes no pronto socorro, que tem 48 vagas, entre, 15 vagas

1 pediátricas, 8 obstetrícia e o restante adulto, imaginem 80 pacientes
2 lá, 26 pacientes intubados de UTI, 35 em máscara de alto fluxo, ontem
3 batemos o recorde dessa semana, acima de 50 pacientes em fila de
4 UTI dentro do Hospital Universitário, ontem o número foi de 56,
5 tivemos 7 óbitos na casa, não tem time de saúde que não se
6 solidarize e se sensibilize e não entre em um estado de esgotamento
7 físico, psicológico pelo medo de algum momento faltar assistência, ou
8 até mesmo oxigênio, para uma pessoa com insuficiência respiratória.
9 O apelo aos senhores, é porque entende que este C.U é um grupo
10 extremamente representativo na nossa Universidade, são pessoas
11 influentes, professores renomados, representantes da sociedade civil
12 organizada e nós precisamos fazer coro ao clamor dos profissionais
13 de saúde que estão pedindo, ajude no controle da virulência da
14 doença, não tem mais para onde crescer, não tem equipamento para
15 comprar, não tem leito para montar e não tem profissionais para
16 cuidar, não adianta bater no Governo e no Município, se aparecer
17 milhões hoje nós não temos condições, as pessoas estão trabalhando
18 no seu esgotamento de capacidade física, 14, 18, 20, 24 até 36 horas
19 seguidas, tem pedido muito apoio ao Prof. Sergio, temos esgotado
20 todos os mecanismos, suspendemos todas as atividades do AEHU-
21 UEL, fomos mais diretivos em relação às férias e absenteísmo,
22 estamos fazendo um chamado para o Centro de Ciências da Saúde
23 para que todos os docentes tragam seus residentes, para que
24 levantemos um exército a favor do enfrentamento da pandemia. Deixa
25 uma mensagem no pedido de apoio aos senhores, na conscientização
26 da população, os números estão alarmantes, nunca pensou que
27 chegaríamos neste momento, Londrina é o segundo maior Hospital do
28 Paraná, ninguém cresceu como a gente. Temos hoje 100% de
29 ocupação nos leitos de UTI, 132% de ocupação nos leitos de
30 enfermaria porque colocamos em salas adjacentes, criamos uma UTI
31 no Hospital de Retaguarda onde já temos 10 intubados, na unidade
32 masculina que é uma unidade médico-cirúrgica, temos mais 8
33 intubados e criamos uma equipe de intensivistas rotativa para que
34 possamos acompanhar diariamente esses pacientes e dar o mínimo
35 de segurança e qualidade de assistência que a população merece.
36 Tivemos 4 ambulâncias represadas nessa noite e pela primeira vez
37 usamos torpedo de oxigênio na nossa estrutura que é uma estrutura
38 grandiosa e muito diferenciada até que nós pudéssemos rodar os
39 pacientes da urgência e emergência. Fica à disposição dos senhores.
40 Prof. Sérgio Carvalho – pediu para a Vivian fazer essa fala, porque já
41 havia discursado na Câmara Municipal e em outros espaços e nós
42 fizemos uma análise essa semana na gestão da Universidade, análise

1 de gabinete que nós sabíamos que isso ia acontecer, tínhamos uma
2 previsão que poderia acontecer, isso em dezembro de 2020. Quando
3 nós voltamos ao trabalho remoto houve dúvidas se voltaríamos ou
4 não a parte administrativa, quando nós voltamos havia a previsão que
5 isso aconteceria. A UEL foi preventiva naquele momento. Quando
6 suspendemos o feriado do carnaval, era para que as pessoas não
7 viajassem. A nossa COM está fazendo uma campanha de mobilização
8 para criar uma rede para que as pessoas fiquem em casa. Porque
9 essas ações ajudam o HU. Convençam as pessoas a ficarem em
10 casa. Para convencer os nossos estudantes a não irem para baladas,
11 quando você viaja, vai a uma balada, você está batendo no HU. Se
12 não fizermos isso, mais gente vai morrer. Precisamos convencer os
13 nossos jovens para fazerem redes de esclarecimento e pedir para as
14 pessoas se cuidarem. Prof. Décio – essa noite estava de plantão e o
15 que viu nesse hospital essa noite, em 26 anos, nunca havia visto. Há
16 um exame que se faz chamado gasometria, que entre outras coisas
17 esse exame avalia o nível de oxigenação no sangue dos pacientes,
18 esse exame na madrugada entra um a cada 2h foras, foram 40 de
19 uma vez só, então, senhoras e senhores, gostaria de deixar claro que
20 o HU chegou no seu limite. Cada um de nós nesse conselho está ao
21 seu lado. Nos preocupamos com a sua saúde. Você precisa estar à
22 frente desse processo. Eliel Joaquim – tragédia anunciada. Faz parte
23 do Conselho Estadual de Saúde e uma das suas preocupações é com
24 o HU, chegamos no limite técnico e no limite estrutural. É uma
25 calamidade e sabíamos que isso ia acontecer. Faz um agradecimento
26 à Vivian e a todos os trabalhadores de saúde. É um momento
27 desgastante para todos nós, mas, principalmente para vocês. Qual é o
28 índice de infecção de nossos trabalhadores nesse momento. Vivian –
29 temos 3 mil colaboradores nesse momento, já são 500 servidores que
30 foram contaminados, fatalmente 3 óbitos. Temos nos solidarizado com
31 as famílias e dado apoio aos doentes. Cristiano Medri – se preocupa
32 com as atividades que continuam sendo realizadas por estudantes.
33 Temos editais de pesquisa em vigência, com prazos ativos, alunos
34 estão trabalhando e ao mesmo tempo, ficamos nessa insegurança.
35 Implicitamente eles precisam ir porque os prazos estão correndo,
36 mas, estamos vivendo um momento que precisamos de
37 autopreservação. Dependendo do objeto de pesquisa, principalmente
38 da biologia, é difícil fazer os estudos de forma remota. A universidade
39 não deveria suspender esses prazos? Porque em razão dos prazos
40 os alunos precisam vir presencialmente. Prof. Sérgio – nós temos aqui
41 o Prof. Amauri, que é da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação,
42 ele convoca a Câmara de Pesquisa que é a instância adequada para

1 isso e apresenta a solicitação. Prof. Kennedy Piau – ontem no fórum
2 de cultura decidimos fazer um documento de apoio aos profissionais
3 de saúde, principalmente do SUS, faremos campanhas para ajudar o
4 HU. Somos solidários ao trabalho de vocês. Vamos usar a cultura
5 para garantir mais dignidade aos profissionais. Prof. Nilson Magagnin
6 – manifesta sua profunda admiração pelos profissionais que
7 trabalham no HU, não só pelo que vemos hoje, mas, pela atuação que
8 vemos sempre destes profissionais e da instituição. Dá um
9 depoimento particular, quem o conhece sabe que seu pai, quando
10 vivo, fez todos os atendimentos via HU e isso o fez entender o que é o
11 HU e gerou uma profunda admiração por todos no hospital. Foi
12 presidente do SINDIPROL/ADUEL, por três gestões, e vai deixar a
13 diretoria agora, mas vai pedir uma reunião do sindicato com a Vivian,
14 para que o sindicato possa ajudar numa situação como essa, nessa
15 crise sanitária que estamos vivendo. Profa. Tania – participa dos
16 grupos de WhatsApp e já manifestou isso à Vivian, do respeito que ela
17 tem por toda a comunidade que trabalha com gestão de saúde e da
18 relevância que é esse trabalho realizado pelo HU, em especial feito
19 pela Vivian, e como ela tem levado isso para a sociedade e toda essa
20 situação precária que vivemos, a Vivian é a pessoa certa para estar
21 nesse cargo nesse momento tão crítico. Entende a manifestação da
22 nossa presença no campus, mas, o trabalho tem sido feito com
23 respeito à normas muito bem estabelecidas e estamos todos com os
24 cuidados necessários, com o distanciamento. Existe uma situação
25 bem difícil do ponto de vista social, pelo tempo que a crise sanitária
26 tem durado. Prof. Ronaldo Nascimento – primeiramente se solidariza
27 com a Vivian e diz que essas batalhas não acontecem por acaso,
28 então, hipotecamos a você a solidariedade e a luta nesse momento
29 difícil e pede que nós em Londrina, principalmente os meios de
30 comunicação social, tem que ter um discurso mais coordenado e não
31 como a gente tem observado, programas que são de apelo popular
32 que minimiza a questão da pandemia e não tem ciência da gravidade
33 da situação como você expôs. Podemos pensar em uma campanha
34 entre todos os estudantes da UEL de Graduação e Pós-Graduação,
35 que meios podemos auxiliá-la no sentido de conscientizar mais a
36 população sobre a gravidade do momento. Reitor faz um pedido ao
37 Conselho, de inversão de pauta, que é o pedido de homenagem ao
38 professor Thomson, porque precisamos de maioria absoluta do
39 quórum, então, propõe que seja votado agora, para não perdermos o
40 número de conselheiros necessário para essa votação. **Item 5 -**
41 **Processo 569/2021 – CCS - Proposta de concessão de título de**
42 **Professor Emérito ao Prof. Dr. João Carlos Thomson (Relator:**

1 **Câmara de Legislação e Recursos/Prof. Airton Petris - CCS).**
2 Relator Prof. Airton – A Câmara de Legislação e Recursos (CLR), em
3 reunião remota realizada em 23 de fevereiro de 2021, analisou o
4 processo em tela, referente à concessão de título de Professor
5 Emérito ao Prof. JOÃO CARLOS THOMSON. Presentes os membros
6 Airton José Petris, Gilmar Aparecido Altran, Viviane Bagio Furtoso,
7 Nilson Magagnin Filho e Rafael Bataglia da Silva. Considerando que
8 nos termos do Art. 3º, Inciso XIII, do Regimento do Conselho
9 Universitário da Universidade Estadual de Londrina (UEL), compete
10 ao mesmo *decidir sobre homenagens, no recinto da Instituição, a*
11 *peças que tenham prestado contribuição relevante à Universidade*
12 *ou a qualquer dos ramos das ciências, letras ou artes;* de acordo com
13 o Art. 220 do Regimento Geral da Universidade, *poderá ser*
14 *concedido, mediante aprovação pelo Conselho Universitário, por*
15 *proposta do Reitor ou dos Conselhos Departamentais, os títulos de*
16 *Doutor Honoris Causa, de **Professor Emérito**, de Funcionário*
17 *Técnico-Administrativo Emérito, de Estudante Emérito, às pessoas*
18 *que contribuíram para o desenvolvimento da Universidade e*
19 *sociedade, obedecidas as disposições estatutárias que regem a*
20 *matéria;* estão anexados ao processo a solicitação formal do
21 Departamento de origem do Docente (f.02), a motivação acadêmica
22 (f.3-4), e o Memorial (f.6-65), a Câmara de Legislação e Recursos
23 considerou-o, em relação aos seus aspectos formais, APTO para ser
24 analisado pelo Conselho Universitário. Reitor – tem algumas pessoas
25 que são marcantes desde a época de estudante. O Professor
26 Thomson é um deles porque era uma pessoa bastante atuante no
27 movimento docente, se empenharam para a defesa da autonomia
28 universitária. É um dos heróis de nossa formação, é absolutamente
29 justa essa homenagem. Prof. Aron – fica muito feliz com essa
30 homenagem, porque participou da administração do Prof. Thomson,
31 foi diretor de obras e depois Prefeito do Campus “O professor
32 Thomson não é só um reitor, é um estadista”. Prof. Nilson Magagnin –
33 o contato que teve com o Professor Thomson sobre autonomia,
34 sempre foi um lutador na defesa de nossa autonomia, ele que
35 conseguiu aquele acórdão de 1992 que utilizamos como
36 jurisprudência até hoje e lutou muito contra o governo do Estado e é
37 justa essa homenagem. Quando ingressou na Universidade foi ele
38 quem assinou a sua posse como professor efetivo da UEL. Prof.
39 Airton – a vida do Prof. Thomson sempre girou em torno dessa
40 Universidade. Se sente muito tranquilo de prestar essa homenagem,
41 até porque defendemos que independente das matrizes políticas e
42 ideológicas, precisam ser reconhecidas pelo seu trabalho e dedicação

1 à Universidade. Em nome do CCS vota favorável a essa homenagem.
2 Deixa registrado o agradecimento a esse profissional que fez
3 diferença ao CCS e em toda a Universidade. Eliel Joaquim – admira o
4 professor Sérgio, pelo seu espírito democrático. A democracia nos dá
5 a condição de nos manifestarmos. Fica feliz pela homenagem ao Prof.
6 Thomson que também tinha esse espírito democrático. Em regime de
7 votação, os contrários à homenagem. Aprovada com 3 abstenções.
8 Antes de seguir com a pauta, o reitor relata que recebeu um pedido de
9 inclusão extrapauta, do Departamento de Saúde Coletiva, que fez um
10 pedido que o Conselho Universitário emita uma carta em
11 solidariedade a dois professores, um da área de epidemiologia e outra
12 da área de esporte, mas trabalha com a saúde também. Trata-se de
13 uma manifestação contra a censura feita pela Controladoria Geral da
14 União, ao Prof. Pedro Hallau e ao Prof. Heraldo dos Santos Pinheiro,
15 que são professores da Universidade Federal de Pelotas. O Prof.
16 Pedro é um epidemiologista conhecido no Brasil e no Mundo e ele fez
17 uma manifestação. Ano passado ele foi o reitor dentre as
18 Universidades Públicas Brasileiras e Federais, que mais apareceu no
19 começo da pandemia porque é objeto de estudo dele e calhou que ele
20 era reitor. Ele deu entrevistas e ficou conhecido pelo grande público
21 Brasileiro, mas já era conhecido pela pesquisa e pela seriedade, é um
22 pesquisador de altíssimo nível nas Universidades Brasileiras, um dos
23 maiores pesquisadores da área dele. E no andamento da pandemia
24 os resultados de trabalho dele e de seu grupo foram consolidando a
25 posição da academia, com relação principalmente a gestão da
26 pandemia e ele era reitor da Universidade Federal de Pelotas naquele
27 momento e poderia concorrer a reeleição na Universidade de Pelotas,
28 mas, como ele mesmo fala a gasolina acabou e decidiu não concorrer,
29 no entanto o grupo que ele representava lançou uma candidatura e
30 essa candidatura foi a Comunidade Universitária da Universidade
31 Federal de Pelotas e saiu vitoriosa na consulta feita na Universidade,
32 e o que houve então? A Universidade Federal de Pelotas faz
33 exatamente o que a Universidade Estadual de Londrina faz, Prof.
34 Aron, Prof. Silvano, Prof. Nilson, Prof. Piau, todos os professores de
35 carreira a mais de 30 anos sabem disso. O que nós fazemos aqui é
36 uma consulta a Comunidade Universitária, a chapa vitoriosa na
37 Consulta Comunidade Universitária indica três chapas para o
38 Conselho Universitário e o Conselho Universitário referenda essas
39 três chapas e encaminha para o Governo do Estado, como primeiro
40 colocado a chapa vitoriosa e como segundo e terceiro colocado, as
41 pessoas que são do grupo que venceu a consulta. Fazemos isso para
42 evitar que o Governo indique o segundo colocado na consulta popular

1 e não referente a consulta popular, nós fazemos isso desde 1996 na
2 UEL e na Universidade de Pelotas também é feito assim. Foi para o
3 Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas e a chapa
4 vitoriosa indicou três chapas, o vitorioso e mais duas chapas do grupo
5 e mandaram para o MEC e este nomeou a segunda chapa colocada
6 no C.U, gerando um problema sério, porque na verdade quem ganhou
7 foi a primeira chapa os outros dois não e eles refletiram muito na
8 Universidade de Pelotas e observaram que tem 20 federais que não
9 foi respeitado a lista tríplice e em nenhum momento conseguiram o
10 retorno ao status, em alguns casos até com intervenção e a análise
11 jurídica é se a pessoa que foi nomeada pelo MEC renunciar, morre a
12 lista tríplice a uma intervenção na Universidade de Pelotas por seis
13 meses para chamar uma nova eleição, e tudo o que a Universidade
14 de Pelotas não quer é que ocorra com ela o que está acontecendo em
15 outras Universidades Federais que haja um interventor por seis
16 meses, portanto, eles fizeram um pacto, a segunda colocada,
17 inclusive que já seria Pró-Reitora de Planejamento do primeiro
18 colocado, assume e eles fazem uma gestão compartilhada, a
19 nomeada com o eleito pela comunidade porque reitor eleito é reitor
20 que vai fazer gestão e vão combater juridicamente para ver se
21 reverterem na justiça, porque não querem a intervenção, no último dia
22 de gestão do Pedro, ele fez uma *live* e apresentou o arranjo que foi
23 realizado à Comunidade da Universidade Estadual de Pelotas e fez
24 observações críticas à atuação da Presidência da República no
25 processo e a partir disso a Controladoria Geral da União recebe uma
26 denúncia, abre um processo contra ele e contra ao Eraldo e nesse
27 processo eles acabam assinando um termo de ajustamento de
28 conduta em que eles se comprometem a durante dois anos não
29 fazerem nenhuma manifestação de apreço ou desapreço a nenhuma
30 entidade/órgão público ou autoridade pública do Brasil. E a um
31 movimento Nacional de solidariedade à eles, afinal de contas são
32 pesquisadores bastante renomados e é difícil manifestação de apreço
33 e desapreço, acha que neste Conselho todos nós já fizemos, então
34 houve isso, o Departamento de Saúde Coletiva, portanto, encaminha
35 uma carta para nós que não teu tempo de encaminhá-la para vocês,
36 uma carta muito simples que pode ser lida e pede para que o Alberto
37 projete para que nós possamos fazer a leitura e caso aprovada,
38 possamos assinar. O Departamento de Saúde Coletiva (DSC) da
39 Universidade Estadual de Londrina (UEL) propõe ao Conselho
40 Universitário a análise da minuta de apoio a professores da
41 Universidade Federal de Pelotas que sofreram ações de cerceamento
42 de liberdade de cátedra. **NOTA DE APOIO A PROFESSORES DA**

1 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS** - A Universidade Estadual
2 de Londrina (UEL), por deliberação unânime de seu órgão máximo de
3 representação, o Conselho Universitário, vem a público manifestar,
4 vem a público manifestar seu total apoio e solidariedade aos
5 professores **Pedro Rodrigues Curi Hallal e Eraldo dos Santos**
6 **Pinheiro**, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por ações de
7 cerceamento sofridas que culminaram nos Termos de Ajustamento de
8 Conduta (TAC) publicados pela Corregedoria-Geral da União no
9 Diário Oficial da União em 2 de março do corrente ano. Os referidos
10 TAC destacam que os professores proferiram “manifestação
11 desrespeitosa e de desprezo direcionada ao Presidente da
12 República”, durante “live” realizada em 7 de janeiro passado. Tais
13 manifestações deram-se em um contexto de transmissão do cargo de
14 reitor naquela Universidade, em que a vontade da comunidade
15 acadêmica quanto ao novo reitor não foi considerada pelo governo
16 federal, que nomeou a segunda colocada na votação, ferindo o
17 princípio da autonomia universitária. Acreditamos que as advertências
18 representadas pelos TAC cerceiam a liberdade de expressão dos
19 referidos professores e da própria universidade brasileira que deve se
20 configurar como espaço de debate amplo, plural e com liberdade para
21 livre expressão de pensamento. A liberdade de cátedra é princípio
22 fundamental e constitutivo da Universidade e, em nossa instituição, é
23 regrado pela Resolução CU 81/2019. Eliel Machado – podemos
24 pautar sim, mas precisamos fazer uma reflexão mais ampla. É um
25 absurdo, uma perseguição política que está havendo. Precisamos
26 ficar muito atentos no que está acontecendo no país. Estamos sendo
27 tolhidos. É um processo que vem sendo construído, começando pela
28 Escola sem Partido, precisamos ficar atentos. Cabe aos conselhos
29 sair em defesa da liberdade de expressão, da liberdade de cátedra, da
30 autonomia universitária, da liberdade crítica e de opinião. Estamos
31 sendo empurrados para uma via de fechamento do regime
32 democrático. Particularmente é isso que mais preocupa e nós das
33 universidades públicas seremos os primeiros atingidos caso isso de
34 fato acabe acontecendo. O Governo Federal nunca escondeu a sua
35 defesa da ditadura, sempre reverenciou ditadores, está liberando
36 armamento e nós sabemos o destino desse armamento que está
37 sendo liberado. Há um alinhamento ideológico com policiais militares,
38 forças armadas e nunca na defesa da democracia da liberdade,
39 constantes ataques ao STF entre outros, não vai repetir aqui o que sai
40 todos os dias nos jornais, além da negligência da saúde pública, a
41 negação da ciência, a negação da pandemia e outras ações contra a
42 democracia, então parece que está se criando propositalmente um

1 caos que de motivo a um golpe de Estado, não quer criar alarde, mas
2 temos que ficar muito atentos ao que está acontecendo e nos
3 engajarmos em defesa da democracia que é a única coisa que a
4 gente pode se agarrar neste momento porque é onde a gente
5 consegue se expressar, no caso dos professores darmos nossas
6 aulas com tranquilidade sem a preocupação da vigilância que cada
7 vez está sendo imposta sobre nós, como disse começou com o escola
8 sem partido, mas eles não se cansam de atacar a democracia e nos
9 atacar, aqueles que são favoráveis a liberdade de expressão, de
10 organização, sindical, de manifestação, então é muito grave o que
11 está acontecendo no país e que está repercutindo diretamente na
12 Universidade. Para finalizar, a Universidade é um dos principais alvos
13 disso, porque é onde se desenvolve o pensamento crítico, a
14 pluralidade e a ideia de Universidade é isso, sermos plurais,
15 exercemos o pensamento crítico, fazemos ciência, então a avalanche
16 é muito grande contra nós, principalmente contra as Universidades
17 Públicas que já estão massacradas pelo Governo Federal como pelo
18 Governo do Estado. É muito preocupante e temos que ficar em alerta
19 quanto a isso. Reitor – surgiu uma dúvida no chat, “se aprovado a
20 gente manda para vocês assinarem?” Não, se o conselho aprovar a
21 inscrição na pauta e aprovar o texto, irá assinar em nome do
22 conselho. Se preocupa com a interferência do Governo Federal nas
23 eleições de reitores e reitoras pelo Brasil inteiro, então quando houve
24 uma ameaça a nomeação do professor, que hoje é o reitor da
25 Universidade Federal do Paraná, não deu tempo de consultar o
26 Conselho Universitário e assinou uma carta em nome da reitoria
27 fazendo uma manifestação pelo respeito a vontade das urnas naquela
28 universidade, encaminhou e tonou público, depois fez a mesma
29 proposta para APIESP e eles também fizeram a mesma manifestação,
30 o que aconteceu foi que a partir da não nomeação, houve uma
31 manifestação do Prof. Pedro. O prof. Pedro tem uma posição e
32 análise, não é uma posição de opinião, ele pesquisa e os resultados
33 da pesquisa demonstram que um dos problemas mais sérios que
34 temos na pandemia é a gestão macro e não na micro gestão. A micro
35 gestão nós fazemos, vejam a Vivian. Prof. Ronaldo Nascimento –
36 inicialmente pensa que essa carta poderia sair como sendo uma carta
37 de desagrado da UEL como um todo, porque o que está por trás como
38 citado pelo Eliel, é um ataque ao livre pensamento e nós temos que
39 combater estes atos oriundos de extremistas que têm que aprender
40 conviver com as diferentes opiniões e conceitos. É muito perigoso
41 essas atitudes e nesse sentindo essa ingerência que foi inclusive alvo
42 de um processo aberto por um deputado ao Prof. Pedro e Prof. Eraldo

1 é justamente a dificuldade que se tem de conviver com o diálogo,
2 então é perigoso essas investidas que estamos tendo, não se discute
3 mérito e competência profissional tanto do Pedro quanto do Eraldo
4 pelo trabalho que eles estão desenvolvendo, que inclusive foram
5 boicotados pelo próprio Ministério da Saúde em função ao projeto que
6 eles estavam desenvolvendo, conseguiram posteriormente
7 financiamento da Fapesp de São Paulo para poder dar continuidade a
8 pesquisa, nesse sentido pensa a universidade tem que se manifestar
9 claramente contra estes resquícios, saudosismos, da ditadura porque
10 se nós não nos manifestarmos infelizmente, eles vão achar que estão
11 certos e não estão. O reflexo estamos vendo aí da forma como está
12 sendo conduzida essa pandemia no Brasil. Prof. Kennedy Piau –
13 gostaria de lembrar que este conselho o ano passado aprovou um
14 documento sobre a liberdade de cátedra e acha que os documentos
15 que a gente aprova têm que ser garantido a efetividade deles, então,
16 um posicionamento do Conselho Universitário em solidariedade em
17 defesa desses professores é uma forma de dar efetividade aquilo que
18 a gente aprovou o ano passado. A segunda questão, trabalha com
19 Políticas Públicas para as Artes há 25 anos, é um desastre a gestão
20 do atual Governo Federal em relação as Políticas Públicas para sua
21 área, mas não pode falar a partir dos dados que tem da realidade, na
22 investigação, metodologia que desenvolve, que o Governo está
23 levando a morte de milhares de pessoas da área da cultura cujo os
24 trabalhos não podem acontecer neste momento, porque não podemos
25 ter aglomerações, não pode buscar, perguntar, investigar, sobre essas
26 questões, se preocupa nesse momento de pandemia com as aulas
27 remotas gravadas, todo dia que vai dar aula fica com metade do
28 cérebro pensando que não vai poder falar algo que está sendo
29 gravado e pode ser descontextualizado e que possa ser preso. Ontem
30 um jovem de 20 anos foi preso em Uberlândia por um comentário na
31 internet, então, Eliel não é fazer alarde ou assustar, não dá para falar
32 que vamos entrar em colapso da Saúde, nós já entramos em colapso,
33 não dá falar que a gente pode a vir um sistema de fechamento, nós já
34 estamos vivendo um sistema de fechamento, cerceamento das
35 liberdades democráticas. A não nomeação dos reitores eleitos, a
36 perseguição de professores, isso faz parte desse processo, nós já
37 estamos vivenciando esse processo, então, é favorável a inclusão de
38 pauta e a esta manifestação e que a gente possa articular uma grande
39 rede em defesa da vida, dignidade e da liberdade democrática, acha
40 extremamente coerente aprovarmos um documento desse teor. Prof.
41 Nilson M – está entendendo que o conselho já aceitou a inclusão de
42 pauta, pelas manifestações que ocorreram no chat e que nós já

1 estamos em um processo de discussão com as defesas das
2 manifestações por parte do conselho. Reitor – pediu a inclusão, mas
3 podemos fazer as duas coisas, porque o texto é bem simples. Prof.
4 Nilson M – então está de acordo com o seu entendimento. Iria
5 resgatar essa questão que o Prof. Piau colocou no início da
6 intervenção dele, para defender a coerência do Conselho Universitário
7 por conta justamente de que há um ano atrás, aprovado aquela
8 resolução que foi fruto de uma comissão que inclusive recorreu a ex-
9 reitores, ex-professores, ex-estudantes da universidade que
10 vivenciaram justamente a época do final da ditadura dentro da
11 universidade e se dispuseram a elaborar aquele trabalho por aceite do
12 conselho universitário e propuseram uma resolução que foi aprovada
13 integralmente por unanimidade no conselho, então ao propormos uma
14 manifestação do conselho universitário nesse momento, em relação a
15 este tema que é tão relevante, não vai repetir todos os argumentos
16 que o Prof. Eliel brilhantemente colocou e o Prof. Piau também, mas,
17 gostaria de fazer uma lembrança importante para nós que estamos
18 dentro da UEL a muitos anos, em seu caso, por exemplo, é docente
19 há quase 28 anos desta universidade e foi aluno por 5 anos do curso
20 de engenharia civil, então tem mais da metade de vivência de sua
21 vida dentro da universidade e se lembra muito bem que esta
22 universidade foi construída num contexto de resistência democrática
23 por parte de seus professores, funcionários e estudantes e num
24 momento como este acha que temos que resgatar esta história e
25 tradição de construção e defesa da democracia que essa universidade
26 historicamente sempre fez e não poderíamos furtarmos a nos
27 manifestar num momento como esse, por coerência pela história
28 dessa universidade, pelo seu próprio DNA de construção, a história de
29 luta dos professores, agentes e estudantes é uma luta de resistência
30 democrática que propiciou a consolidação dessa universidade sob
31 este marco, portanto, acha pertinente uma manifestação do C.U em
32 defesa dessas liberdades democráticas e entende que a manifestação
33 não deve ser somente de um departamento ela deve ter o caráter de
34 manifestação da universidade como um todo através de seu conselho
35 universitário, entende que a provocação do Departamento de Saúde
36 Coletiva nos dá uma oportunidade de fazer essa manifestação em
37 nome de toda universidade e isso que temos que aprovar aqui nesta
38 reunião por proposição do Departamento de Saúde Coletiva do CCS e
39 por proposta do reitor de colocar isso em pauta. Prof. Reginaldo
40 Melhado – se sente contemplado por todas as ponderações feitas
41 pelos professores, Eliel, Ronaldo, Piau e Nilson, não quer se repetitivo
42 nem tomar o tempo do conselho e vai apenas fazer uma pequena

1 sugestão até com base no que os colegas falaram, é mais uma
2 questão retórica no texto, se fosse escrever acha que iria escrever de
3 uma outra maneira, iria apimentar um pouco mais, não vai fazer
4 nenhuma sugestão em relação a isso não, mas, na abertura colocaria
5 “A Universidade Estadual de Londrina, por decisão de seu órgão
6 máximo de deliberação e representação, o Conselho Universitário”,
7 para que fique claro que estamos nos pronunciando institucionalmente
8 em nome da universidade, é só um detalhe retórico que vê como
9 importante. Prof. Ailton – já foi beneficiado, só gostaria de colocar que
10 a atenção de que os colegas estão dizendo é necessária porque
11 provavelmente nesse fórum aqui é um dos poucos que viram na
12 prática o decreto 477, então é uma questão preocupante que temos
13 que estar atentos e do ponto de vista especificamente dos dois
14 professores, destacar o papel técnico importante que eles sempre
15 desenvolveram com o grupo de pesquisa lá em Pelotas e que é foco
16 de observação muito acuradas de quem quer fazer o silêncio dos
17 resultados das pesquisas científicas, o povo paga pelo silenciamento
18 daquilo que nos damos as evidências de que não estão ocorrendo de
19 forma adequada. Obviamente todas as manifestações aqui foram
20 muito importantes e queria registrar como um chiste apenas, que é da
21 geração que sabe o que é 477 operacionalizado nos calçadões da
22 UEL. Em regime de votação os favoráveis a inclusão de pauta e
23 aprovação do texto. Aprovado por unanimidade. Reitor –
24 manifestação, conhece o Prof. Pedro e o Prof. Eraldo, conhece como
25 ex-reitor e lançou mão da citação do Mário Covas quando ele iniciou a
26 profissão de fé na democracia Brasileira, e se lembra de tudo que
27 aconteceu antes daquela missa funesta que foi a reunião que jogou o
28 AI, então tudo que falou naquele momento serve para este momento,
29 professor e pesquisador nunca devem ser cerceados e as vaidades
30 mínimas dos governantes não devem ser consideradas, já foi
31 chamado de sem vergonha em praça pública e não processou quem
32 fez isso, já foi xingado por não pagar horas extras por uma pessoa
33 que nem conhece, aliás nem fiscaliza horas extras quem fiscaliza é o
34 chefe, apenas ordena o geral da folha. Essa pessoa trabalhou vinte
35 horas em uma semana, numa jornada de quarenta e uma outra
36 pessoa chamou para fazer hora extra em um sábado ela foi, mas,
37 quando chegou na PRORH não fechava quarenta horas na jornada
38 trabalho dele, e a PRORH não pagou. Esse mesmo cidadão disse que
39 no episódio do falecimento de uma servidora na área da saúde que
40 trabalhava temporário no HU, que o sem vergonha do reitor não
41 fornece EPI para as pessoas e por isso as pessoas estão morrendo,
42 ele se referiu as pessoas que estão fazendo a sua gestão de uma

1 maneira muito chula, vai pedir esclarecimentos a ele porque a pessoa
2 que cuida dos EPIs daquela servidora que faleceu é a Vivian que
3 vocês acabaram de ver aqui, o Hospital Universitário da Universidade
4 Estadual de Londrina é o Hospital do Paraná que tem mais EPIs e
5 mais protege seus trabalhadores em termos de EPIs, será obrigado a
6 perguntar para ele, porque ele acusou à todos dizendo que não
7 fornecemos EPIs e se isso chega fora da universidade vai demonstrar
8 um insegurança principalmente em relação aos nossos profissionais
9 de saúde, eles estão na linha de frente estão sofrendo e
10 eventualmente falecendo, tivemos 3 falecimentos em 3.000
11 colaboradores da área direta de saúde, pra nós é muito, uma vida é
12 muito, então terá que questionar esta pessoa, mas não porque está
13 querendo agradar, lembra bem pela história que nós tivemos
14 episódios para tentar agradar e o Prof. Pedro disse na fala dele, que
15 não respeitava a decisão do presidente da república, com “P”
16 minúsculo ele falou e alguém se ofendeu com isso, o Pedro é
17 Professor com “P” maiúsculo, Pesquisador com “P” maiúsculo, se o
18 presidente se ofendeu porque é “P” minúsculo ele não tem que
19 agradar o presidente nesse caso, ele tem que combater ao Pedro com
20 as estatísticas que o Pedro lançou no *delance*, porque não é qualquer
21 um que publica no *delance*, o Pedro publica, arruma um pesquisador
22 para publicar e combater os dados que o Pedro colocou no *delance*.
23 Se lembra bem de uns episódios de alguns heróis admirados pelo
24 atual presidente da república, por exemplo, o presidente adorava
25 futebol e resolveu dar opinião no time elaborado para João Saldanha,
26 e a resposta do João Saldanha foi eu e o presidente somos gaúchos,
27 gremistas e eu não escalo o ministério e ele não escala time de
28 futebol, João Santana saiu da Seleção Brasileira. O presidente a
29 época, admirador de esportes, sugeriu que gostaria de ter as luvas
30 com as quais o Éder Jofre foi campeão mundial de boxe e vai a
31 corrente de pessoas que gostavam do presidente pedir a luva, e o
32 Éder Jofre diz que já havia prometido as luvas para sua mãe, e
33 novamente a corrente de pessoas em favor do presidente começaram
34 a solicitar a ele dizendo que era para o presidente, foi tamanha
35 pressão que o Éder Jofre recebeu, que disse que daria uma mão para
36 o presidente e a outra para mãe dele, porque ela havia prometido a
37 ela. E a corrente de pessoas foram atrás do Éder mais uma vez, para
38 que ele não desse a luva esquerda para o presidente porque podia
39 ser entendido como provocação. Pessoas que tem esse perfil
40 autoritário, são crianças mimadas. O Prof. Aron contou a história que
41 ele levou um puxão de orelha porque disse que a universidade
42 precisava ter mais computadores, escreveu uma carta para isso e

1 levou um pito do conselho de administração, na época passada.
2 Então, não cabe no mais no Brasil, na Universidade Pública Brasileira,
3 na Pesquisa, na Sociedade Brasileira, manifestações de natureza a
4 afagar egos de pessoas que tem vias autoritárias, quem entrou na
5 vida pública tem que resistir a vida pública, agora quando há um
6 crime, algo informacional como esse menino que acusou a gente de
7 não fornecer EPIs, o ministério público pode ver uma notícia dessa
8 natureza e resolver processar, então em casos assim precisa pedir
9 esclarecimentos, agora fora isso façam manifestações, o ego não está
10 aqui para ser afagado, nem o ego do presidente da república em
11 nenhum caso. O ex-presidente Lula se ofendeu porque o jornalista o
12 chamou de cachaceiro, sinceramente sempre o conheceu por ser um
13 bom cachaceiro, o jornalista estava o provocando, mas também não
14 era uma mentira sob o ponto de vista da imagem do ex-presidente
15 Lula. Portanto, acha que a defesa que o Conselho Universitário está
16 fazendo aqui foi importantíssima, que jamais tenhamos uma missa
17 funesta que estabeleça um AI-5 ou algo parecido no Brasil. As
18 primeiras vítimas seremos nós, do Conselho Universitário
19 independente de posição ideológica porque professor universitário
20 que faz pesquisa, uma hora ou outra chega a uma verdade
21 inconveniente a quem está no poder. O Pedro chegou a uma verdade
22 inconveniente a quem está no poder, mas é uma verdade científica,
23 quer combater ao Pedro combata pela pesquisa. Agradece ao
24 Conselho Universitário por ter feito isso. Não liga se quiserem dizer
25 que tem “r” minúsculo ou maiúsculo, enquanto reitor, se fosse
26 presidente também não ligaria, mas que o Pedro e o Eraldo são
27 Pesquisadores e Professores com “P” maiúsculo são, assim como os
28 senhores são Professores e Pesquisadores com “P” maiúsculo, os
29 Técnicos Administrativos com “T” maiúsculo e Estudantes com “E”
30 maiúsculo. Parabéns ao Conselho Universitário da Universidade
31 Estadual de Londrina por este momento. Prof. Reginaldo Melhado –
32 propõe que o topo do texto venha a informação que foi aprovado por
33 unanimidade “A Universidade Estadual de Londrina (UEL), por
34 deliberação unânime de seu órgão máximo de representação, o
35 Conselho Universitário, vem a público manifestar”. O Reitor suspende
36 a reunião para os próximos pontos de pauta e passa para os
37 INFORMES. Reitor – primeiro informe que vai passar para os
38 senhores é com relação a nossas ações no HU, essa semana nós
39 sentamos e traçamos uma estratégia para que minimamente a gente
40 consiga ajudar ao HU, por que o HU? É porque é lá que estamos
41 perdendo ou ganhando vidas nesse momento e toda vida importa pra
42 UEL. Os servidores técnicos tem um sistema de compensação

1 quando eles fazem algumas horas que não são horas extras, e o
2 nosso sistema de compensação é por seis meses, e eles estão
3 desesperados que está dando seis meses no sistema de
4 compensação de horas e eles não tem como compensar e é natural
5 que não tenham como compensar por conta da situação, então,
6 esticamos este prazo por um período muito maior de tempo para dar
7 tranquilidade para eles. Outro o encaminhamento que estamos
8 fazendo é a solicitação de ampliação das horas extras para o hospital
9 universitário pois sabermos que é necessário fazer isso. Como vai
10 funcionar? Vamos solicitar para a Secretaria da Fazenda e não vão
11 autorizar ou vão ficar com o processo durante meses, enquanto isso
12 vamos pagar as horas extras. Não sabe se os senhores sabem, mas
13 todas as horas extras do ano passado ainda carecem de legalidade,
14 então a Reitoria e a Pró-Reitoria de Recursos Humanos que
15 assinaram as folhas de pagamento podemos ser passíveis de
16 processo administrativo por conta disso. O que o Estado autorizou
17 agora são as horas extras para este ano, mas não convalidou as
18 horas extras do ano passado que os senhores sabem que nós
19 encaminhamos diversas vezes e a fazenda no final do ano disse que
20 já haviam sido realizadas e não tinham porque ter autorização, não
21 sabe o que significa isso, mas se pega alguém muito receoso da
22 questão da legalidade, vai dizer que na lei orçamentária do ano
23 passado estava escrito que toda hora extra deveria ter prévia
24 autorização e vamos ter que entrar com a questão da autonomia da
25 universidade, vai gerar um transtorno, mas acredita que venceremos.
26 Sabemos que com o aperto a necessidade de restrição da presença
27 no campus para o mínimo, vamos reduzir as horas extras no campus
28 e o que a gente conseguir reduzir no campus repassaremos para o
29 H.U, até porque se nós reduzirmos no campus e não executarmos, no
30 ano que vem o Estado entende que como não foi executado não há
31 necessidade, então passamos para o HU porque eles estão
32 precisando das horas extras. Uma outra questão, perguntamos para o
33 HU que tipo de trabalho nós podemos fazer com os técnicos que
34 temos, a diretora administrativa do HU disse que alguns trabalhos
35 técnicos como por exemplo, quando se atende um paciente é preciso
36 lançar tudo o que foi feito com o paciente para poder faturar para o
37 HU e mandar para o SUS, estes procedimentos estão atrasados e
38 daqui a pouco pode faltar dinheiro porque está atrasado, os nossos
39 técnicos estão fazendo outras coisas no HU no momento, diante disso
40 a diretora disse que podemos ter técnicos nossos, que não tenham
41 comorbidades e estão dispostos, montarmos uma sala no HC que não
42 é o espaço que circula a covid e no HC como estão em um espaço de

1 saúde recebem a gratificação GRAS e podem inclusive receber horas
2 extras haja vista a demanda alta, e ela está estudando esta
3 possibilidade e quantitativo disso. Nós perdemos três leitos no HU por
4 causa de uma goteira em uma calha, então verificamos se há um ou
5 dois técnicos da PCU que podem ir e ficar 30 dias exclusivos lá para
6 dar conta destas ações, sabemos que o campus precisa de tudo isso,
7 mas entre salvar uma vida e tapar um buraco no campus, não tem
8 escolha pública, a supremacia do interesse público está em salvar
9 uma pessoa, até por nossa formação ética. Estamos mexendo no
10 contrato do pessoal terceirizado do RU para eles irem fazerem a parte
11 administrativa no HU e o pessoal que faz a limpeza da parte
12 administrativa vai para a linha de frente do HU, vai precisar mexer no
13 contrato porque vão ter que receber a mais de insalubridade e a
14 universidade não usa recursos para isso, quem faz o repasse é o
15 SUS, que repassa para o HU e fazemos o pagamento porque dinheiro
16 a universidade não tem. O outro informe é sobre o que nossa
17 assessoria de comunicação está fazendo, na semana que vem
18 juntamente com o Prof. Décio vão entrar em todas salas virtuais
19 exortando os estudantes a se mobilizarem nesse processo. A nossa
20 comunicação está empenhada em criar uma marca desse processo
21 para que as pessoas fiquem em casa, depois à medida que o HU
22 precisar nós vamos avançado mais, e à medida que a criatividade da
23 comunidade universitária aflorar nós vamos nos organizando para dar
24 vazão a isso. Faltou recurso financeiro nós vamos atrás do recurso
25 financeiro para o HU, a UEL em si não tem, mas existem espaços,
26 pessoas e grupos que podemos apelar para ampliar isso. No entanto,
27 hoje mesmo que tivéssemos 50 milhões a mais para o HU, nós não
28 teríamos pessoas com competência para contratar. Há uma falta
29 enorme de profissionais neste momento, então o colapso do HU não
30 apenas do HU é o colapso da Saúde Pública Brasileira, portanto,
31 estamos fazendo todo esse processo de mobilização, logo vai
32 conversar com os Diretores de Centro para ver o que nós enquanto
33 Conselho de Administração podemos fazer, tem alguma regulação
34 que podemos mexer na universidade para facilitar esse momento ou
35 que seja alguma coisa emergencial, estamos trabalhando com
36 bastante ênfase e preocupação quanto a isso. Prof. Airton – para
37 aproveitar o objeto da fala do reitor, o CCS ontem aprovou uma ordem
38 de serviço solicitando aos docente que prestavam serviço no
39 ambulatório, de supervisão aos nossos residentes, que acompanhem
40 os residentes dentro do hospital também, como uma forma de leva-los
41 a participarem destas atividades, porque a gente está mesmo
42 estrangulado e do ponto de vista do CCS gostaria de agradecer os

1 esclarecimentos das medidas que estão sendo tomadas de imediato
2 pois são necessárias e a dinâmica desse processo esta exigindo
3 muito isso, a preocupação com todo DASC-HU enfim com o pessoal
4 que esta na linha de frente buscando as questões de segurança, o
5 próprio comprometimento do HU na garantia de segurança dos
6 residentes, e alunos quando for o caso. Também dizer que essa
7 semana entrou uma nova turma de residente que já estão atuando
8 dentro dessas atividades contingenciadas. Acha importante deixar
9 registrado para que a comunidade de alguma forma tome
10 conhecimento de todo trabalho que tem sido feito não só pelo HU, do
11 ponto de vista técnico com nossos docentes dentro do HU atuando a
12 maior parte deles de uma forma muito efetiva, deixa registrado isso
13 porque a docência em suas atividades docente-assistenciais também
14 estão dando um certo suporte a organização lá. Também deixa
15 registrado o agradecimento do CCS ao trabalho da equipe diretiva do
16 HU que têm se esforçado o máximo possível para que as coisas
17 corram bem e também trás uma questão muito importante, essa crise
18 não será superada com serviços assistenciais hospitalares, eles não
19 suportam o descompromisso da comunidade, então se a gente
20 imaginar que o sistema possa dar conta de uma crise deste tamanho
21 prestando serviço lá no final, não dá, portanto não vai ser tratamentos
22 precoces nas tensões básicas que vão segurar, já temos
23 demonstrações claras inclusive trabalhos técnicos científicos
24 importantes nessa área, o que pode segurar é o compromisso da
25 sociedade de buscarmos seguir as medidas de prevenção. Não será o
26 serviço de assistência hospitalar que conseguirá controlar ou dar
27 sobrevida a sociedade neste momento não será, está na tensão
28 básica, na informação e nas ações de promoção. Veja quantas
29 medidas estão sendo tomadas administrativamente e que neste
30 momento tem uma dinâmica de decisão muito rápida, mas que podem
31 não ser suficientes se a gente continuar com o perfil que estamos de
32 compromisso da sociedade para o enfrentamento dessa pandemia.
33 Reitor - dando sequência aos informes da reitoria, outro informe que
34 precisa passar para o conselho é com relação a troca de bancos para
35 folha de pagamento, o banco que usamos para fazer o gerenciamento
36 da folha de pagamento não é uma banco que utilizamos a partir da
37 vontade da universidade, do reitor ou vontade de qualquer conselho
38 superior, por exemplo, se o conselho de administração se reunir e
39 dizer que gostaria que fosse a Caixa Econômica e a gente chega para
40 caixa e diz para eles administrarem a folha, o conselho de
41 administração está incorrendo em um crime contra a Lei 8666, então
42 não é a vontade da universidade, nem da administração. O Banco Itaú

1 não está campus por vontade do reitor, vice-reitor, ex-reitores, ou
2 conselho de administração ou universitário, o que determina a
3 presença de um banco no campus é um processo licitatório porque é
4 um espaço público, aliás o Banco do Itaú é o maior Banco Privado do
5 Brasil, não faria sentido ter vontade dele estar aqui se ele não
6 pagasse, não faria sentido. No caso da Caixa Econômica houve um
7 processo licitatório que a Caixa Econômica venceu e o processo
8 venceu em novembro/dezembro do ano passado. Abrimos um
9 processo licitatório para receber a folha de pagamento, com a Caixa
10 Econômica nós poderíamos dispensar a licitação desde que eles nos
11 oferecesse algo para isso, porque nós íamos licitar e vendendo a folha
12 nós obteríamos recurso próprio para universidade, a Caixa Econômica
13 se reuniu conosco e ofereceu 5 milhões de reais pela nossa folha de
14 pagamento e com exclusividade de presença no campus 7 milhões de
15 reais, isso em sua opinião foi uma ofensa que a Caixa Econômica fez
16 a Universidade Estadual de Londrina, porque ela já tinha pago 4
17 milhões de reais por uma dispensa de licitação para a folha de
18 pagamento da UEPG que é 1/3 da nossa, então não compreendeu
19 exatamente o que a Direção da Caixa Econômica avaliou quando fez
20 essa proposta para nós, realmente não compreendeu, então dissemos
21 que não faríamos o processo de dispensa de licitação e licitaremos, a
22 Caixa Econômica nos informou que não participaria do processo de
23 licitação, o que para nós é ruim porque é um player a menos no
24 processo licitatório e diminui a concorrência e a possibilidade da gente
25 obter recursos para Universidade, o restaurante universitário, por
26 exemplo, foi construído com recursos de uma licitação de folha de
27 pagamento. Nós recebemos da parte da Secretaria da Fazenda dois
28 expediente solicitando que a gente aderisse ao contrato que o Estado
29 já tem com o Banco do Brasil, porque tem uma determinação do
30 Governador do Estado que tem que fazer isso, analisamos a
31 determinação do Governo e dissemos que tínhamos autonomia para
32 licitar a folha de pagamento, fizemos o processo licitatório, sem
33 nenhum problema. Foi aprovado no Conselho de Administração o
34 valor mínimo de 12 milhões e seiscentos reais. O nosso pessoal
35 estimou que não chegaríamos a mais de 15 milhões de reais em um
36 processo de licitação sem a Caixa Econômica, somente com o Banco
37 Itaú querendo nossa folha, os outros bancos que sempre demonstram
38 interesse na nossa folha são menores que o Banco Itaú. O banco que
39 vence a folha fica com o direito de ficarem no campus, nossos
40 contratos eram assim, então o Banco Itaú estaria resolvido o problema
41 dele, se vencesse ficaria no campus. Publicamos o edital e temos
42 uma espada sob a cabeça, os conselheiros sabem que devemos mais

1 de 12 milhões de reais em RPV, porque tanto nosso jurídico quanto
2 financeiro, os juízes pedem a RPV e nós temos que pagar com
3 recursos próprios, fonte 250 que temos é muito pouco, não é um
4 dinheiro que sobra, por exemplo, a pessoa paga o tratamento que
5 fizemos em um PET no HV e aquilo ali só é o custo dos insumos que
6 foram utilizados no tratamento, então quando os juízes nos
7 sequestram a gente não tem dinheiro para girar no HV, o HV foram os
8 mais prejudicados e nesse processo todo ficamos devendo 12 milhões
9 de reais em RPV, teve pessoas que receberam mais rapidamente um
10 precatório do Estado do que o RPV dele, é um absurdo, nós criamos
11 essa anomalia jurídica, mas tínhamos essa dívida. Qual era nossa
12 avaliação, se sou um advogado trabalhista quando descubro que
13 Universidade licitou a folha, teve o processo licitatório e tendo esse
14 processo licitatório entrou 13 milhões de reais, bloqueia o recurso
15 porque é um recurso extra, não é preço público nem custo e nós
16 ficaríamos sem nenhum centavo, muito provavelmente como o
17 Governo tem interesse em ter nossa folha, o Tribunal de Contas iria
18 questionar e mesmo licitando e recebendo recurso nós ficaríamos
19 com esse recurso embarcado por um ou dois anos. A Fazenda nos
20 chamou para uma reunião e foi mesmo Secretário da Fazenda que
21 denunciou todos os reitores ao Ministério Público pediu a reunião. E
22 disseram que precisamos ajudar porque querem que façamos a
23 adesão ao Banco do Brasil, e dissemos que não poderíamos fazer
24 esta adesão porque receberíamos 12 milhões de reais pela folha de
25 pagamento e esse recurso é para investimento na universidade. O
26 negociador do Governo Estadual disse que o Banco do Brasil não
27 pagaria, mas, eles pagariam os passivos trabalhistas. Foi explicado
28 para eles que uma hora esses passivos trabalhistas bateriam neles,
29 porque eles são os devedores solidários nesse processo. Então
30 questionaram o que faríamos com o processo licitatório e mandamos
31 uma lista de investimentos que temos que estão parados que
32 precisam ser realizados, e claro que ela muda dadas as necessidades
33 e eles disseram que bancariam esta lista para que entrássemos com o
34 Banco do Brasil e suspender a licitação, perguntamos se poderia
35 bancar isso e também pagar o passivo trabalhista e ele topou, então
36 nós temos um Decreto do Governo do Estado de investimento de 13
37 milhões de reais na Universidade Estadual de Londrina e mais 12
38 milhões de reais que já foram depositados na nossa conta que estão
39 saldando os passivos trabalhistas as RPVs, ao todo temos 25 milhões
40 de reais, então a Caixa Econômica que ofereceu 5 milhões ficou sem
41 saber o que dizer, entre 5, 7 milhões de reais com exclusividade e 25
42 milhões de reais, acredita que 25 milhões é melhor, levou ao

1 Conselho de Administração, fizemos uma cerimônia com o Secretário
2 da Fazenda e o Governador do Estado assinou o Decreto de recurso
3 de investimento para nós e temos que cobrar e receber parcelado
4 durante o ano e recebemos os 12 milhões de reais de passivos
5 trabalhistas, retiramos o processo licitatório e assinamos a adesão ao
6 Banco do Brasil com contrato de exclusividade, nos aderimos ao
7 contrato porque a autonomia nos permite fazer assim como a
8 autonomia nos permite fazer processo licitatório. Se nós desistirmos
9 do Banco do Brasil, nós podemos licitar a folha de pagamento, tudo
10 indica que o Banco Itaú vai lutar por ela e o outro espaço que é
11 ocupado pelo Itaú hoje, se o contrato não for de exclusividade a gente
12 licita, então ao todo licitando a folha e o outro espaço tínhamos a
13 perspectiva de ter 15 milhões de reais, com cerca de 12 ou 13 milhões
14 sendo sugados por passivos trabalhistas, então levamos para o
15 Conselho Universitário e achamos por bem aderir ao contrato que o
16 Governo do Estado tem e não a crime nisso, porque o Banco do Brasil
17 é um banco que dispensa licitação e já existe o contrato do Estado
18 que podemos aderir, outras universidades também estão sendo
19 convidadas para aderir e possuem contratos diferentes com os
20 bancos, então é possível que no próximo contrato feito com o Estado
21 e Banco do Brasil, permitir que as Universidades tenham um segundo
22 banco, neste caso poderíamos licitar um outro espaço, mas, isso é
23 uma negociação que depende de todas as Universidades se
24 movimentarem nesse sentido. Com o Banco do Brasil, ampliamos o
25 espaço para que as pessoas possam ter mais tempo e mais
26 segurança para fazer suas ações e acertar suas contas, cada um tem
27 uma conta para ser validada no Banco do Brasil e a portabilidade está
28 garantida é só você procurar seu banco e o banco do Brasil foi muito
29 esperto quanto a isso, fazendo isso eletronicamente. Vamos ter até o
30 dia 30 de abril para fazer isso, e se tiver algum problema pedimos
31 mais tempo. Até porque falou para a direção estadual do banco que
32 se não desse certo ou se o banco não fosse sensível nesse momento
33 de epidemia não faria sentido, porque não é um banco que tem
34 responsabilidade social e não valeria a pena uma universidade ter sua
35 folha de pagamento, e daqui cinco nós vamos licitar de novo, gostaria
36 que os senhores levassem a comunidade universitária que isso é
37 público não é privado, não é por gosto porque gosta do banco, o
38 banco que criou a maior possibilidade de obtenção de recurso,
39 poderia o Sicredi se tivesse jogado 30 milhões de reais no caixa da
40 universidade, então não é uma questão privada, claro que temos
41 nossas questões pessoais, mas os Conselhos Superiores, os
42 membros do CA e C.U tem que defender a questão pública não

1 questão privada. E já chamamos a questão do Banco do Brasil, como
2 sempre chamou da Caixa Econômica, para as questões operacionais,
3 para gerar um conforto para nossos usuários. Sob o ponto de vista da
4 autonomia, nós temos autônoma universitária para assinar contratos,
5 não é ditadora e se olha o contrato com o Banco do Brasil e vê a
6 cláusula de exclusividade, posso dizer que não queremos o contrato e
7 portanto não temos negócio e vamos fazer a licitação, ou se olha e
8 que mesmo com aquilo estamos recebendo mais do que com outras
9 duas licitações a universidade pode decidir aderir, uma vez que ela
10 aderiu ela tem que cumprir aquele contrato, ou seja tem autonomia
11 para aderir ou não o contrato, isso é a autonomia universitária. Prof.
12 Azenil – gostaria de complementar a explanação sobre os recursos do
13 estado, estes 12 milhões e vinte e sete mil que veio em espécie, nós
14 depositamos em uma conta específica e este valor já está empenhado
15 para pagamento de RPVs, só que o trâmite de liquidação não é tão
16 rápido, nós conseguimos liquidar até agora em torno de 3 milhões e
17 tem mais ou menos 4 milhões que ainda está em fase de bloqueio,
18 inclusive temos quase 1 milhão de bloqueio de convênios federais e
19 estaduais que o trâmite de desbloqueio, embora a jurídica tenha feito
20 todo trabalho, não é de imediato e pontual. Prof. Silvano – informa e
21 agradece a todos os conselheiros pela campanha de doação de
22 cestas básicas que os servidores do CCE têm feito todo mês,
23 arrecadamos 246 cestas e 125 litros de *Qboa* que foram comprados
24 para entregar aos idosos, das cestas arrecadadas 15 vão ficar no
25 SEBEC para atender os alunos, 30 foram encaminhadas para os
26 idosos do projeto da PROEX e mais estes 125 litros de *Qboa*, o
27 restante foi entregue na Comunidade de Maravilha que fica na Zona
28 Sul de Londrina. Reitor – agradece a presença de todos e todas, o
29 debate foi de excelentíssimo nível e faz um apelo para que fiquem em
30 casa, protegem-se, protejam as pessoas que vocês amam e
31 disseminem isso nas redes de comunicação de vocês. Proteger a vida
32 é dever da Universidade, toda vida tem que ser protegida. Dado o
33 avançado do horário, a reunião continuará no dia nove de março de
34 2021, para discussão e deliberação dos demais itens da pauta. Nada
35 mais havendo a tratar, o Reitor Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho
36 encerrou a reunião e eu, Sirlei Mariano Ferreira, Secretária, “ad-hoc”,
37 lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim
38 e pelos presentes à reunião.

39
40
41
42
43

Sérgio Carlos de Carvalho
Reitor

1	Décio Sabbatini Barbosa	_____
2	Vice-Reitor	
3		
4		
5	Amauri Alcindo Alfieri	_____
6	Pró- Reitor de Pesquisa e Pós Graduação	
7		
8	Mara Solange G. Dellaroza	_____
9	Pró- Reitora de Extensão Cultura e Sociedade	
10		
11	Azenil Staviski	_____
12	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
13		
14	Itamar André R.Nascimento	_____
15	Pró- Reitor de Recursos Humanos	
16		
17	Mário Sérgio Mantovani	_____
18	Pró- Reitor de Planejamento	
19		
20	Marta Gimenez Favaro	_____
21	Pró-Reitora de Graduação	
22		<i>Diretores de Centros de Estudos</i>
23		
24	Viviane Aparecida B. Furtoso	_____
25	Diretora do CCH	
26		
27	Alan Salvany Felinto	_____
28	Vice- Diretor do CCE	
29		
30	Tânia Lobo Muniz	_____
31	Diretora do CESA	
32		
33	Gilmar Aparecido Altran	_____
34	Diretor do CECA	
35		
36	Marcos Augusto Rocha	_____
37	Vice-Diretor do CEFE	
38		
39	Patricia Mendes Pereira	_____
40	Diretora do CCA	
41		
42	Aron Lopes Petrucci	_____
43	Diretor do CTU	
44		
45	Airton José Petris	_____
46	Diretor do CCS	
47		
48	Paulo César Meletti	_____
49	Diretor do CCB	

1
2 Eloísa Rodrigues _____
3 Vice-Diretora do CTU
4
5 José Roberto Pinto _____
6 Vice-Diretor do CCA
7
8 Silvano Cesar da Costa _____
9 Diretor do CCE

10

11

12

Representantes do CEPE

13

14 Ângela P. Teixeira V.Palma _____
15 Representante da Câmara de Pós-Graduação

16

17 Edméia Aparecida Ribeiro _____
18 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

19

20 Inês Cristina de B. Fonseca _____
21 Representante da Câmara de Graduação

22

23 Lucia Giuliano Caetano _____
24 Representante da Câmara de Graduação

25

26 Marcelo Alves de Carvalho _____
27 Representante da Câmara de Graduação

28

29 Márcia Regina E. Perugini _____
30 Representante da Câmara de Pós-Graduação

31

32 Maria Fernanda R.Graciano _____
33 Representante da Câmara de Graduação

34

35 Silvia Ponzoni _____
36 Representante da Câmara de Pesquisa

37

38 Nilson Cesar Fraga _____
39 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

40

41

42

Representantes não vinculados à Instância Administrativa

43

44
45 Ângela Lamas Rodrigues _____
46 Representante do CLCH

47

48 Cristiano Medri _____
49 Representante do CCB

1
2 Guilherme Biz _____
3 Reoresentante do CCE
4
5 Guilherme Schiess Cardoso _____
6 Representante do CCA
7
8 Keli Regiane Tomeleri da F. Pinto _____
9 Representante do CCS
10
11 Kennedy Piau Ferreira _____
12 Representante do CECA
13
14 Reginaldo Melhado _____
15 Representante do CESA
16
17 Nilson Magagnin _____
18 Representante do CTU
19
20 Ronaldo José Nascimento _____
21 Representante do CEFE
22

23 *Representantes das Categorias Docentes*

24
25 Célio Roberto Estanislau _____
26 Representante titular
27
28 Eliel Ribeiro Machado _____
29 Representante Associado
30
31 Lorena Ferreira Portes _____
32 Representante Adjunto
33
34 Roberta Romaniolo de Matos _____
35 Representante Assistente
36

37
38 *Representante dos Servidores Técnicos Administrativos*

39
40 Joabe Vieira da Costa _____
41 Representante dos servidores Técnicos Administrativos
42
43 Rafael Bataglia da Silva _____
44 Representante dos servidores Técnicos Administrativos
45
46 Thiago Corrêa Mattos _____
47 Representante dos servidores Técnicos Administrativos
48
49

1		<i>Representantes Discentes</i>
2		
3		
4	Roni da Silva de Andrade	_____
5	Representantes Discentes	
6		
7	João Victor da Silva Oliveira	_____
8	Representantes Discentes	
9		
10		
11		<i>Representante das Classes Trabalhadoras</i>
12		
13	Eliel Joaquim dos Santos	_____
14	Representante das Classes Trabalhadoras	
15		
16	João Antônio da Silva	_____
17	Representante das Classes Trabalhadoras	
18		
19	José Henrique Cavicchioli	_____
20	Representante das Classes Patronais	
21		

1 Ata da continuação da reunião
2 ordinária nº 746 do Conselho
3 Universitário da Universidade
4 Estadual de Londrina, realizada no
5 dia 09 de março de 2021.

6 No dia nove do mês de março, do ano de dois mil, vinte e um, às nove
7 horas , na sala virtual link [https:// meet.google.com/niq-rjkc-pyn](https://meet.google.com/niq-rjkc-pyn) em
8 razão do isolamento social, decorrente da pandemia de coronavírus,
9 reuniu-se o Conselho Universitário, sob a presidência do reitor, Prof.
10 Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, com a presença do vice-reitor Prof. Dr.
11 Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros: Alan Salvany
12 Felinto, Viviane Aparecida Bagio Furtoso, Tânia Lobo Muniz, Gilmar
13 Aparecido Altran, Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Paulo Cesar
14 Meletti, Marcos Augusto Rocha, Ângela Pereira Teixeira Victória
15 Palma, Angela Lamas Rodrigues, Célio Roberto Estanislau, Cristiano
16 Medri, Edméia Aparecida Ribeiro, Eliel Ribeiro Machado, Guilherme
17 Biz, Guilherme Schiess Cardoso, Inês Cristina de Batista Fonseca,
18 Maria Fernanda Rodrigues Graciano, Keli Regiane Tomeleri da
19 Fonseca Pinto, Lorena Ferreira Portes, Joabe Vieira da Costa, João
20 Antônio da Silva, Reginaldo Melhado, Rafael Bataglia da Silva,
21 Ronaldo José Nascimento, Thiago Corrêa Mattos, Azenil Stavisk,
22 Marta Regina Gimenez Favaro, Eliel Joaquim dos Santos, Mara
23 Solange Gomes Dellaroza, Márcia Regina Eches Perugini, Marcelo
24 Alves de Carvalho, Nilson Magagnin, Nilson César Fraga, Silvia
25 Ponzoni, Airton José Petris, José Roberto Pinto, Roni da Silva de
26 Andrade, Lucia Giuliano Caetano, Roberta Romaniolo, Vanilda
27 Gomes Pacheco e João Victor da Silva Oliveira. Participou também o
28 procurador Jurídico da UEL, Miguel Etinger de Araujo Junior
29 Convidados: Lisiane Freitas de Freitas, Alberto Duran Gonzales,
30 Gustavo Cruz Badaro. Ausências Justificadas: Jonatam Marques da
31 Silva. Ausências sem justificativas: Kennedy Piau Ferreira, Nilson
32 Cesar Fraga, Ariane Ferreira Rigate, Carla Raquel dos Santos e
33 Bárbara Bertoncini Avanzi. Convidados: Cíntia Lara Maciel; Alberto
34 Duran Gonzalez; Edmarlon Giroto; Edyr Pedro da Silva; Gustavo
35 Cruz Badaro; Lisiane Freitas de Freitas; Miguel Etinger de Araujo;
36 Roberta R. de Mattos e Sirlei Mariano. Ausência Justificada: Jonatas
37 Marques da Silva. **ORDEM DO DIA - Item 5 - Processo 18234/2020 -**
38 **OF.N.028/2018 H.U – Recurso Administrativo acerca de demissão**
39 **de servidora. (Relator: Câmara de Legislação e Recursos e Dr.**
40 **Miguel Etinger - PJU).** O reitor esclarece que se houver alguma
41 pessoa que não é membro do Conselho, exceto os assessores do
42 Gabinete, precisa se retirar nesse momento, e pode retornar para o

1 segundo ponto. O Dr. Guilherme Faraco, advogado de defesa, está
2 presente e pode permanecer. A Câmara de Legislação e Recursos
3 pode fazer o seu relato. **Prof. Airton Petris** - A Câmara de
4 Legislação e Recursos (CLR), em reunião remota realizada em 23 de
5 fevereiro de 2021, analisou o processo em tela, referente ao
6 requerimento de reforma de decisão do Magnífico Reitor (f.208-219)
7 que indicou a sanção de DEMISSÃO à servidora PATRÍCIA MILENA
8 DOS SANTOS (folhas 205-206). Presentes os membros Airton José
9 Petris, Gilmar Aparecido Altran, Viviane Bagio Furtoso, Nilson
10 Magagnin Filho e Rafael Bataglia da Silva. Estando o processo
11 devidamente instruído, com parecer da Procuradoria Jurídica (folhas
12 221-223) e apensamento do Processo 633.2019.48, que trata da
13 suspensão do pagamento à servidora, a Câmara de Legislação e
14 Recursos considerou-o, em relação aos seus aspectos formais, APTO
15 para ser analisado pelo Conselho Universitário. Londrina, 23 de
16 fevereiro de 2021. Em regime de discussão. Prof. Miguel Etinger –
17 esse processo segue o trâmite regular, com abertura de processo
18 administrativo, com portaria constituindo a comissão, foi oportunizado
19 à servidora o direito ao contraditório e ampla defesa. Conforme consta
20 dos autos, há a indicação da comissão pela demissão da servidora,
21 com base em toda a documentação carreada ao processo e oitivas,
22 nesse sentido, o reitor acatou o relatório da comissão e decidiu
23 também pela demissão da servidora. O recurso é tempestivo e correu
24 todas as instâncias pertinentes, estando apto para a deliberação do
25 Conselho Universitário. Nesse momento, conforme prevê o regimento,
26 o reitor passa a palavra para o advogado de defesa, para que faça o
27 uso da palavra. Dr. Guilherme – agradece a oportunidade de expor as
28 razões desse recurso. São poucos os processos disciplinares que
29 nosso escritório tem que chegam a esse nível de ter que vir ao
30 Conselho Universitário. Há um padrão de comissões competentes, um
31 olhar justo da Procuradoria Jurídica e de todos os trâmites até a
32 decisão final, mas, este processo foi diferente. Esse caso é de
33 abandono de emprego. Houve um motivo de afastamento. Há
34 juntadas de documentos, a servidora, comprovadamente, padece de
35 depressão, há atestados anexos, ela teve uma crise que a levou a
36 uma internação em meados de 2018 e em agosto teve uma recaída
37 que a impossibilitou de trabalhar. Em 28 de agosto de 2018, a
38 servidora procurou o médico que já a acompanhava na clínica das
39 palmeiras e este profissional solicitou 30 dias de afastamento para a
40 servidora. Quando ela foi à perícia médica, esse atestado dela não foi
41 levado em conta, apesar de a servidora não ter as mínimas condições
42 de trabalhar, devido à crise que ela estava sofrendo de depressão. A

1 perícia apenas a liberou de suas funções, então, deveria ter
2 comparecido ao trabalho. A servidora no meio dessa crise, não se
3 atentou ao laudo da perícia que dizia que ela só poderia ser removida
4 das suas funções, mas que deveria comparecer ao trabalho e ela,
5 acreditando estar de licença, não compareceu ao serviço nesse
6 período, existe uma irregularidade na conduta da servidora, mas, essa
7 falta não poderia ser enquadrada como abandono de emprego,
8 passível de demissão, porque comprovamos no processo, por meio
9 dos documentos médicos, que a ausência da servidora foi motivada
10 pelo seu problema de saúde. O prontuário que está presente no
11 processo, demonstra que ela não estava em condições de trabalhar
12 por um período mínimo de 30 dias e para efeitos disciplinares o fato
13 de ter sido afastada por motivos de saúde, deveria afastar essa pena
14 de demissão, isso é o que diz a Lei Estadual 6.174 de 1990 art. 293 “§
15 3º - Entender-se-á por ausência ao serviço, com justa causa, não
16 somente aquela autorizada na forma da legislação vigente, como a
17 que assim for considerada após a devida comprovação em inquérito
18 administrativo, caso em que as faltas serão justificadas apenas para
19 fins disciplinares.” Esse artigo tem o poder de afastar a pena de
20 demissão da servidora, e isso não foi levado em consideração, tanto
21 pelo relatório final da comissão, quanto pelo parecer da Procuradoria
22 Jurídica que também somente se ateve aos aspectos formais do
23 processo e a decisão da reitoria sequer mencionou esse dispositivo
24 legal capaz de afastar essa pena. Também não foi considerado nesse
25 processo para formar a decisão, os depoimentos das testemunhas, os
26 colegas de trabalho que atestaram perante a comissão que não
27 haveria nada de desabonador nas condutas da servidora em seu
28 trabalho, ou qualquer desídia da parte dela no trabalho. Ressalta que
29 é um requisito para configurar abandono de emprego que o servidor
30 demonstre uma vontade livre e determinada de abandonar o cargo
31 público, ficou bastante claro pelos depoimentos das testemunhas, que
32 não houve qualquer intenção dela de abandonar o serviço público, o
33 afastamento se pautou pela crise de depressão que a servidora
34 estava passando naquele momento. Pode ser considerado que a
35 servidora cometeu alguma outra falta diferente do abandono de
36 emprego, que esteja previsto no art. 171 do Regimento, seria cabível
37 uma pena mais branda e ser absolvida da pena de demissão. Para
38 finalizar, sugere que primeiro se coloque em votação o pedido de
39 absolvição da servidora e, caso acolhido, que se passe a votar a pena
40 mais branda. Deseja saúde a todos e coragem para enfrentar esses
41 tempos difíceis, tem acompanhado os depoimentos da
42 superintendente do HU, Sra. Vivian Feijó, os relatos do árduo trabalho

1 que estão fazendo para salvar vidas. Prof. Sérgio Carvalho - agradece
2 a defesa, a universidade que é o espaço do Estado Democrático de
3 direito, talvez um dos espaços mais puros que temos, é sempre uma
4 alegria ver um advogado bem mais jovem do que nós defendendo a
5 questão dos trabalhadores, todos têm o direito de defesa nesse
6 momento. Cabe aqui esclarecer, usando a prerrogativa regimental
7 que o procedimento que a reitoria adotou, desde o princípio do
8 mandato é que nós respeitamos e muito o trabalho das comissões
9 que são indicadas para analisar os processos. Fazem um trabalho
10 sério, zeloso e respeitoso e em nenhum momento até hoje, durante o
11 mandato, agravou nenhuma pena e também não reduziu nenhuma
12 pena, quando é para fazer algo dessa natureza, devolve-se para a
13 comissão realizar complementações. Está usando o procedimento
14 recomendado pela Advocacia Geral da União, na qual penas, em
15 especial penas dessa natureza, pena capitais, falece ao ordenador o
16 fato de redução como também falece o fato de agravamento. Nós
17 temos um dispositivo regimental que só pode agravar a pena se
18 demonstrar qual prova não foi considerada para mitigar a pena e
19 estamos usando um procedimento recomendado pela Advocacia
20 Geral da União, em casos de pena capital não é recomendado que
21 reduzamos. Considera que de qualquer maneira a servidora não pode
22 ser absolvida, ela faltou sem justificativa, não há como absolvê-la. O
23 que o conselho pode fazer é dar uma pena menor, usando a
24 prerrogativa do Conselho. Pergunta à PRORH como se dá o
25 acolhimento do histórico de atestados e documentos pertinentes em
26 caso de problemas de saúde, uma vez que quem iniciou o processo
27 foi a própria PRORH. Itamar Nascimento – nós temos como
28 procedimento, os atestados que indicam afastamentos de até 2 dias
29 não precisam passar pela perícia médica, acima disso, precisa passar
30 por perícia médica e se o perito aprovar, se enquadra em licença
31 médica, conforme estabelece a Lei 6174, estatuto do servidor.
32 Quando chega o resultado da perícia, esta pode referendar os dias de
33 afastamento, ou também pode abonar a quantidade menor de dias,
34 implicando falta, inclusive com descontos. Nesse caso, o servidor
35 precisa retornar ao trabalho imediatamente. A perícia pode indicar o
36 afastamento da função e não do trabalho. Às vezes o servidor
37 confunde isso. Ele não pode ficar em casa, precisa ser readequado no
38 trabalho e isso vem descrito no laudo. O fato é que a indicação do
39 atestado dela era para retornar ao trabalho, e pela fala do advogado,
40 parece que ela não retornou mesmo. A falta de todos esses dias
41 representa abandono de emprego. Prof. Sérgio Carvalho - qual o total
42 de dias que ela faltou? Prof. Miguel – 30 dias corridos, 60

1 intercalados. Prof. Sérgio Carvalho – pelo o que leu do processo,
2 houve 92 dias de faltas, 30 que ela recebeu o atestado de
3 readequação funcional e não esteve presente na universidade e os
4 outros dias intercalados sem o atestado/documento que a amparasse.
5 Diz aos conselheiros, a pena capital é sempre a mais dura das penas.
6 Era uma pessoa que estava sofrendo por problemas de saúde, mas,
7 já tinha experiência em trâmites de atestados. No entanto, não é a
8 primeira demissão da servidora, saiu em fevereiro deste ano a
9 demissão desta servidora, pelos mesmos motivos, da Prefeitura
10 Municipal de Londrina. Isso não está presente nos autos, porque foi
11 recente, os conselheiros, por favor, não levem em consideração esse
12 fato, mas, para demonstrar que a servidora já tinha experiência em
13 tramitação de atestados. Abre agora 5 inscrições para discussões. Em
14 regime de discussão – Prof. Reginaldo Melhado – qual a natureza da
15 enfermidade da servidora? Dr. Miguel – existem vários documentos,
16 foi requerido à Secretaria de Saúde, para retornar o resultado da
17 perícia, mas, não houve resposta. Há vários documentos, com CID,
18 que indicam depressão. Eliel Joaquim – está com algumas dúvidas.
19 Abandono de emprego. Pela fala do advogado que fez a defesa da
20 servidora, ele colocou que padece de depressão. Como sindicalista,
21 não está aqui para demitir ninguém, mas, não será omissos em colocar
22 a realidade dos fatos. Queria ouvir se realmente ela estava com essa
23 enfermidade nesse período? O advogado fala que não foram ouvidas
24 as testemunhas, isso é real? Se for possível afastar a pena capital,
25 seria melhor. Peço aos colegas deste conselho que reflitam, se não
26 seria interessante, uma pena mais branda, uma vez que a servidora
27 padece de depressão. Thiago Correa – Itamar, uma dúvida. A perícia
28 aceita atestado retroativo? Itamar – não, a perícia não aceita
29 retroativo. Profa. Edmeia – um funcionário público é da UEL ou do
30 Estado? Ele pode ficar até 2 dias de atestado e depois disso tem que
31 passar pela perícia. Suponhamos que a perícia dê 30 dias de
32 afastamento, depois disso, ela ficou mais 60 dias, faltando
33 intercalando, ou ficou 60 dias, com atestado e falta? Foi contínuo, ou
34 intercalando com atestados? Essa regulamentação é do Estado, ou
35 específica da UEL? Itamar – nós somos servidores da UEL, mas
36 somos submetidos à legislação do Paraná. Temos leis específicas da
37 nossa carreira, mas a lei maior é o Estatuto do Servidor que é a Lei
38 6174/70, em que exige perícia para atestados a partir de 3 dias. Ela
39 tem 30 dias corridos com atestados e mais 60 dias de faltas
40 intercaladas, sem atestados. A perícia indicou dias a menor e
41 afastamento das atividades, mas não do trabalho. Prof. Sérgio
42 Carvalho – Itamar, esses dias todos que ela faltou sem atestado,

1 houve desconto de salário? Itamar – sim, o sistema é automático, se
2 não tem a presença registrada no ponto, há o desconto de salário.
3 Prof. Sérgio Carvalho – e essa servidora teve 60 dias de desconto de
4 salário e não se insurgiu contra os descontos? Itamar – não se
5 insurgiu, até porque não tinha comprovação em contrário. Não tinha
6 outros atestados para apresentar. Joabe – uma pena capital nesse
7 caso específico, para uma servidora que já tem problema de
8 depressão, em sua opinião e pelas falas, que teve desconto salarial,
9 essa pessoa tem que ser encaminhada para tratamento, e não ser
10 dada a pena capital. Assim como o Eliel, também é diretor sindical, faz
11 parte da ASSUEL, pede aos colegas que antes de tomar essa decisão
12 de pena capital, reflitam. Prof. Paulo Meletti – como conselheiro,
13 membro do C.A também, não pode se furtar da responsabilidade das
14 questões administrativas, dos gastos, aspectos salariais, e
15 precisamos pensar que esse julgamento precisa ser o mais justo
16 possível. Não é da área, embora seja diretor de um Centro em que
17 está alocado o curso de Psicologia, mas, não entende muito, só sabe
18 que depressão é uma doença e precisa ser tratada. A servidora faltou
19 de forma intermitente. Que tipo de acompanhamento institucional a
20 servidora teve, com tantas faltas assim, se fica claro que a condição
21 dela é de alguém acometida de depressão. Não está dizendo que vai
22 virar justificativa para qualquer fato. Os medicamentos que ela toma,
23 indicam realmente que estava com esse quadro de depressão. De
24 repente, a pena capital não seria interessante para esse caso. Mas é
25 fato que ela precisa de tratamento. Prof. Airton Petris – considerando
26 que a servidora foi demitida de um outro vínculo trabalhista, se no
27 período que ela estava afastada do vínculo dela lá na Prefeitura, ela
28 estava trabalhando na UEL? Se durante esses dias de afastamento,
29 atestados e licenças ela também estava afastada do outro vínculo?
30 Considerando que ela é técnica de enfermagem e trabalha em escala,
31 como ela intercalava esses atestados? Prof. Sérgio Carvalho –
32 tivemos um caso aqui no Conselho Universitário em que tínhamos
33 uma profissional da área de saúde do HU que tinha outro vínculo em
34 uma PEL, em Curitiba, e ela tocava os dois vínculos, faltando de
35 forma intercalada entre os dois. E resultou que houve processo
36 administrativo e acabou demitida da UEL. A experiência diz que
37 quando você pega um caso de profissional de saúde com duplo
38 vínculo, seria interessante analisar os outros vínculos e conferir os
39 atestados. A demissão do outro vínculo não está nos autos, então, os
40 conselheiros precisam se pautar pelos documentos que estão no
41 processo. Já tivemos problemas com denúncias ao Ministério Público
42 de médicos com duplo vínculo e após Processo Administrativo

1 Disciplinar, o médico acabou se desligando do outro vínculo e
2 regularizou a situação laboral. Profa. Ângela Lamas – concorda com o
3 Prof. Paulo e o com o Joabe, se houve falha no processo para se
4 levantar alguns fatos, esse tempo já passou, precisamos analisar o
5 que está posto, temos um laudo médico, disposto na página 33, ali, o
6 CID é muito claro, F.60.3, que é Transtorno de Personalidade com
7 Instabilidade Emocional. Uma pessoa que chega a ser internada por
8 isso, com medicação forte, ela toma Lítio, que é algo bem pesado, ela
9 não tem condições de trabalho na função em que ela estava. A pena
10 capital, a uma pessoa que já está em uma condição de
11 vulnerabilidade não seria ideal, ela precisa de apoio nesse momento e
12 não de abandono. Se a Instituição a abandonar neste momento,
13 agrava-se a condição financeira, e sabemos onde isso pode chegar.
14 Prof. Eliel Machado – reforça que diante da gravidade da saúde da
15 servidora, a pena capital é muito pesada. Precisamos levar em
16 consideração como que uma trabalhadora não reage quando há
17 descontos inteiros de salários? Isso é justamente pelo caso grave de
18 depressão que ela estava. A pessoa não conseguia reagir. Ficava
19 inerte. Nosso papel enquanto universidade é acolhê-la e propiciar um
20 tratamento para ela. A pena máxima é levá-la para o pior dos mundos.
21 Parece que não precisamos fazer isso. Há uma certa justificativa,
22 mediante a gravidade da doença. Seria interessante ouvir um
23 profissional da área, para entendermos clinicamente o caso dela. Prof.
24 Sérgio Carvalho – diante das manifestações dos senhores e
25 principalmente da manifestação de acolhimento que a instituição faz
26 com relação a servidores, vai retirar de pauta e pedir para que estes
27 profissionais possam vir fazer uma manifestação para os senhores
28 porque ficamos em uma situação extremamente delicada a
29 universidade precisa acolher, o HU especificamente, e dá a impressão
30 que não houve nenhum tipo de acolhimento a ela, mas desconhece
31 porque não está no processo, como este caso têm um caráter político,
32 não apenas um caráter da estrita demissão dela, retira de pauta, não
33 há nenhum problema quanto a isso, a servidora continua trabalhando
34 e recebendo o salário dela, para que haja um esclarecimento do tipo
35 de abrigamento que é feito pelo Hospital Universitário com esses
36 profissionais que apresentam atitude desta natureza, antes que a
37 gente vote. **Retirado de pauta.** Prof. Reginaldo Melhado – estamos
38 decidindo a vida profissional de uma pessoa. Pediu a palavra
39 justamente para solicitar a retirada de pauta para que possamos
40 analisar melhor o processo. Registra duas ponderações que pediria
41 que as pessoas analisassem. O primeiro aspecto, é saber se a
42 servidora simplesmente faltou e depois, a posteriori, apresentou os

1 atestados, ou se a apresentação dos atestados foi concomitante.
2 Esses atestados foram validados pela perícia. Em direito existe a
3 expressão em latim que é consagrada para esses casos *animus*
4 *abandonandi* é saber se a servidora teve a intenção de abandonar, ou
5 se ao contrário, ela faltou pura e simplesmente, e nesse caso, ela
6 perde a remuneração. Mas se ela teve a intenção de abandonar, aí
7 sim, optasse pela demissão. Parece que a servidora, apresentando os
8 atestados não tinha intenção de faltar. Se a perícia validou os
9 atestados, reforça que ela não teve a intenção de abandonar o cargo.
10 Há um elemento subjetivo que precisa examinar o caso, aproveitando
11 que o processo foi retirado de pauta. Prof. Alan – leu todo o processo,
12 é realmente uma situação complexa. Fazer uma análise só lendo a
13 documentação é difícil. Fez alguns apontamentos para focarmos. A
14 questão é exonerar ou não exonerar. Pode cometer justiça e injustiça
15 nos dois casos. Na página 24, linha 53 foi perguntando de o porquê
16 não foi trabalhar, ela respondeu que não foi trabalhar porque não tinha
17 escala. Ou seja, ela justificou que não havia trabalho. O que não
18 parece razoável. Sempre há trabalho, especialmente em um hospital.
19 Ela relatou também que tinha 30h na UPA do Sabará. Se ela tem 40h
20 na UEL, mais 30h em vínculo com o Município, parece complicado,
21 são 70h de trabalho, para uma pessoa que tem essa enfermidade. Se
22 ela trabalha bem, o advogado fala que ela trabalha bem, por que ela
23 falta tanto? Está meio confuso isso. Se não a demitimos, podemos
24 incorrer em deixar aberto um precedente. Uma pessoa com 5 anos
25 com esse problema, não é possível que não conheça a tramitação de
26 uma licença, não conheça o trâmite dos atestados. Para chegar a um
27 recurso no Conselho Universitário, precisa haver um fato novo. Qual
28 foi o fato novo para esse processo estar aqui no C.U? Prof. Sérgio
29 Carvalho - neste caso, ela pode fazer o recurso porque ela leu o
30 processo, o advogado preparou uma defesa e ela se insurgiu contra o
31 acatamento da indicação da comissão, contra a sua autoridade que
32 acatou a decisão da comissão, então pode sim, o advogado trouxe
33 uma interpretação divergente daquela apresentada pela comissão,
34 agora um pedido de reconsideração ao conselho depois disso,
35 precisaria de alguma informação nova, algo que não colocamos.
36 Nesse espaço de recurso o seu voto pode ser modificado. Prof. Airton
37 – esse argumento de não ter escala, na área da saúde se justifica,
38 quando o administrador não se sente seguro quanto ao servidor, para
39 não correr o risco de furar a escala, coloca-se outro no lugar. Mas ela
40 poderia sim, trabalhar em outra atividade. Rafael Bataglia – seria
41 interessante chamar a chefia imediata dela para falar aqui, para saber
42 se recebeu algum tipo de ajuda institucional. Inclusive o companheiro

1 dela faleceu recentemente, foi atropelado, era conhecido como dog,
2 trabalhador do HU também. Prof. Sérgio – precisa consultar a PJU,
3 nesse caso, se não seria trazer elementos que estariam fora do
4 processo. Joabe – uma pessoa com todos esses problemas não pode
5 trabalhar em um hospital, precisa ser remanejada. Prof. Sérgio -
6 quando usou a expressão “está trabalhando” ela pode estar
7 trabalhando de atestado, é que no caso, quando nós abrimos um
8 processo administrativo disciplinar, com o funcionário que o problema
9 é a falta de assiduidade no trabalho, ou abandono de emprego, ela
10 não é demitida de antemão, portanto, ela não foi demitida
11 preventivamente, se ela estando ou não de atestado agora ela
12 mantém o status de trabalhadora da universidade, ela foi demitida
13 com o acatamento da comissão, mas, enquanto recorre ela mantém o
14 status de trabalhadora. Um dos problemas que houve o
15 enfrentamento, foi que a perícia indicou que ela trabalhasse em outro
16 local e ela não foi, ela foi para o local de trabalho e via que não tinha
17 escala e ia embora, talvez de fato, pelo próprio problema da doença
18 dela. A perícia indicou que ela deveria ser realocada de função. De
19 fato, é o caso de fazer o remanejamento perpétuo dela, ou até
20 aposentadoria. Eliel Joaquim – o professor, como sempre
21 democrático, reabriu as discussões, mesmo estando o processo
22 retirado de pauta. Fica mais tranquilo para uma discussão dessa que
23 não está fácil. Se preocupou com a fala de que além de toda a
24 questão depressiva, de toda a questão psicológica, com certeza essa
25 pessoa não responde por ela mais. Essa pessoa está definitivamente
26 doente e precisa de um tratamento. Como membro do conselho
27 estadual de saúde do paraná. Colocará esse ponto em pauta, para
28 que façamos uma discussão dentro do Conselho, em que se faz
29 presente o Beto Preto, para que olhem com mais carinho a esses
30 servidores quando estão desassistidos, e confia que quando o Dr.
31 Reginaldo Melhado diz que vai analisar com calma e confia na análise
32 dele, para que façamos na próxima reunião, que tomemos uma
33 decisão sem dúvidas, para dormir o sono dos justos. Prof. José
34 Roberto – está em dúvida, naquele momento a comissão tomou
35 conhecimento que a servidora tinha um vínculo com a Prefeitura, será
36 que a servidora não usava atestados aqui para trabalhar lá na UPA?
37 Há uma falha nesse processo que gera dúvidas. Precisava haver essa
38 informação. Infelizmente não podemos retroagir, precisamos nos ater
39 ao processo, mas, gera dúvidas. **Item 7 - Processo 17751/2019 -**
40 **Proposta de reorganização do Órgão Suplementar Laboratório de**
41 **Medicamentos (Relator: Câmara de Legislação e Recursos e Prof.**
42 **Edmarlon Giroto).** Relato da Câmara de Legislação e Recursos. A

1 Câmara de Legislação e Recursos (CLR), em reunião remota
2 realizada em 23 de fevereiro de 2021, analisou o processo em tela,
3 referente a apreciação da Proposta de Reorganização do Órgão
4 Suplementar Laboratório de Medicamentos (LM) Presentes os
5 membros Airton José Petris, Gilmar Aparecido Altran, Viviane Bagio
6 Furtoso, Nilson Magagnin Filho e Rafael Bataglia da Silva. Estando o
7 processo devidamente instruído e tendo em vista que as adequações
8 sugeridas pelo Departamento de Ciências Farmacêuticas (DCF) (f.64-
9 67) foram atendidas, conforme manifestação da Direção do LM (f.69);
10 a proposta foi aprovada, com recomendações, pelo Conselho de
11 Administração (CA), de acordo com a manifestação da Procuradoria
12 Jurídica (f.98), e foi apresentada a Minuta final corrigida do Regimento
13 da Farmácia Universitária (f.99-114), a CLR considerou-o, em relação
14 aos seus aspectos formais, APTO para ser analisado pelo Conselho
15 Universitário. Londrina, 23 de fevereiro de 2021. Prof. Edmarlon – o
16 LM e as suas premissas não estão sendo atendidas enquanto órgão
17 suplementar, em razão disso estamos apresentando uma alteração de
18 nome, para farmácia universitária, prestando atendimento à
19 comunidade interna e externa, e aí sim, se enquadrando melhor em
20 órgão suplementar. Já fizemos a alteração no regimento. Haverá o
21 fortalecimento da farmácia, tanto na prestação de serviços, quanto em
22 convênios com outros entes públicos, como já acontece com a
23 Prefeitura Municipal. Regime de discussão. Profa. Silvia Ponzoni –
24 tem uma dúvida sobre o quórum. Estranhou o fato de haver 3
25 convocações no regimento, a primeira convocação com 50% + 1, a
26 segunda convocação 30 minutos depois com 40% e a terceira
27 convocação depois de uma hora com o número que tiver de
28 presentes. Essa não tem sido a prática dos órgãos da Instituição. Não
29 sei se é possível pelas normas institucionais, e não sei se isso é
30 interessante. Pode haver algum tipo de manipulação nas decisões.
31 Prof. Décio – se passou pela PJu e não houve óbice, pensa que não
32 incorre em nenhuma ilegalidade. Prof. Airton – nesse processo
33 especificamente trata-se de uma alteração de regimento e não de
34 estatuto, portanto, pode ser feita pelo C.U e nesse caso não cabe o
35 quórum qualificado. Profa. Silvia Ponzoni – dentro de todas as
36 unidades na IES trata de quórum de 50%, o medo é que esse tipo de
37 brecha, parece reunião de condomínio. Na verdade, dentro de algo
38 que é público, acadêmico, tem receio de facilidade de manipulação
39 futuramente. Pensa que o quórum precisa ser mais rígido, para
40 salvaguarda das decisões democráticas. Prof. Edmarlon – a ideia foi
41 não travar as decisões que são necessárias pela farmácia
42 universitária. Prof. Sérgio - a profa. Silvia tem razão, em todos os

1 nossos conselhos sempre temos a maioria 50% mais 1, desconhece
2 algum outro, não vê motivos para não ter isso, o grupo é tão restrito,
3 são 5, 6 pessoas, dificilmente terá problema de quórum. É relevante a
4 fala da Profa. Silvia e não vê problema em ajustar a redação para o
5 que é padrão para os nossos órgãos suplementares. Profa Silvia –
6 seria interessante que quando se colocasse em regime de votação,
7 que já contemplasse o compromisso da mudança deste artigo. Em
8 regime de votação, com o adendo da professora Silvia Ponzoni. Os
9 contrários à reorganização do LM, agregando a alteração proposta
10 pela professora, Silvia, se manifestem. **Aprovado por unanimidade.**
11 **INFORMES** - Prof. Sérgio - tem alguns informes, a campanha que
12 estamos fazendo para mobilizar os universitários com relação a
13 pandemia, para que a gente consiga aumentar o convencimento
14 social que as pessoas devem se cuidar e cuidar das pessoas que
15 amam, ficarem restritas nos seus espaços, está sendo bem sucedida
16 no sentido da mobilização da comunidade universitária. Várias
17 pessoas que compõem o C.U vão gravar suas vinhetas e vão passar
18 isso para mobilizar a parte da comunidade universitária e conclamar
19 essa parte da comunidade universitária para se envolver e ir para os
20 espaços que têm dada a capilaridade que a universidade possui para
21 fazer esse convencimento. Então, estamos conseguindo fazer um
22 bom trabalho, não queremos brigar com ninguém nesse processo,
23 queremos dialogar com pessoas que pensam diferente, vamos no
24 limite do afeto para dialogar com as pessoas porque entendemos que
25 esse momento de medo terrível que muita gente está passando,
26 muitas vezes as pessoas com medo tendem a ter dificuldade de
27 entender qualquer argumento que apresentamos para elas, mas, é
28 dever da casa da ciência, dever da academia, dever da universidade
29 pública brasileira, dialogar para que podemos dar cefalia para esse
30 processo, uma vez que temos um comando acéfalo com relação às
31 medidas de segurança, é uma dificuldade enorme para conseguir ter
32 um comando único nesse processo tão difícil pelo qual nós estamos
33 passando. Também já avisamos aos senhores que estamos fazendo
34 uma convocação para que técnicos administrativos, servidores de
35 outras áreas, que não estejam em casa por conta de comorbidade e
36 que tenham disposição de se deslocar para o HU e ficar cedidos para
37 o HU neste momento emergencial de 30 a 60 dias, recebendo o
38 treinamento adequado de como se comportar naquele ambiente,
39 porque é um ambiente novo para eles, recebendo também todas as
40 gratificações adicionais por conta do risco de estar presentes naquele
41 espaço. Conversamos com os diretores de Centro, diretores dos
42 órgãos suplementares e dos mais variados espaços para que isto

1 aconteça, é modesto o esforço da universidade, a prefeitura do
2 campus, por exemplo, é o setor que mais poderia ceder pessoas
3 porque o que mais falta são operacionais no HU, mas, a maioria tem
4 comorbidades, portanto, dentro deste grupo poucos poderiam ir e
5 como é voluntário a pessoa pode escolher ir ou não. Os terceirizados
6 que tínhamos no restaurante universitário fizemos um adendo no
7 contrato e encaminhamos para o hospital universitário, por um período
8 determinado, o adendo foi feito pois existem direitos salvaguardas
9 trabalhistas, que quem está aqui não tem e quem está no hospital
10 universitário tem que ter. Lisiane já tem números deste processo?
11 Profa. Lisiane - a biblioteca já dispôs de três servidores, o SEBEC de
12 dois servidores, fora os que estão trabalhando no RU pelo contrato da
13 Centrallimp, todos vão para lá também e os diretores e os órgãos
14 suplementares têm até o final do dia de hoje para enviar. Também irá
15 para o HU voluntariamente para trabalhar algumas manhãs e ajudar
16 com a equipe que está indo para lá, como não consegue cumprir a
17 carga horária toda no HU vai ir voluntariamente apenas. Acha
18 importante reforçar sobre essa questão, pois tem recebido algumas
19 manifestações de pessoas que querem ajudar em trabalho remoto e
20 não é isso que o HU está precisando neste momento e carga horária
21 menor não dá, até por questões da PRORH, a pessoa precisa
22 destinar 40 horas, por estes trinta dias prorrogáveis por mais trinta.
23 Prof. Sérgio Carvalho - a informação que recebemos da PRORH é
24 que se nós encaminharmos o servidor que está trabalhando 40 horas
25 no campus, se ele for trabalhar 20 horas lá e 20 horas aqui, não irá
26 receber os adicionais. Itamar - aproveita para fazer um
27 esclarecimento, surgiram muitas dúvidas, primeiramente é isso
28 mesmo, não temos previsão para pagar GAS pela metade, a pessoa
29 tem que estar trabalhando lá as 40 horas em atividade de saúde, da
30 forma como consta da lei, ele vai receber a Gratificação de Saúde no
31 Hospital que é em torno de mil e trezentos reais. Outro ponto que teve
32 muitas unidades procurando é com relação a servidores do campus
33 que eventualmente ganham periculosidade e insalubridade, a GAS é
34 incompatível com periculosidade e insalubridade não pode haver
35 acúmulo dessas gratificações, se o servidor for para o HU ele vai
36 ganhar a GAS que já pressupõe o pagamento de perigo,
37 insalubridade, risco de vida e atividade penosa, então ela pressupõe o
38 englobamento da situação de periculosidade e insalubridade e não
39 sendo cumulativas. Prof. Sérgio - pede para que os senhores
40 esclareçam aos servidores, é importante que eles fiquem bem
41 esclarecidos. Itamar - é bom que as unidades esclareçam, ele pode
42 optar pela maior, conversou com o Dr. Miguel e ele disse que é

1 possível, então o servidor pode optar por receber a GAS, ou ficar com
2 a insalubridade e periculosidade dele daqui, ele pode escolher aquela
3 que for maior. Prof. Sérgio - isso vai ser divulgado e colocado dentro
4 do esforço simbólico de busca em ajudar o HU, hoje se tiver aporte
5 para contratação de mão de obra para o HU, nós não conseguimos
6 contratar, saturamos a mão de obra local. Ontem falou no CEPE e vai
7 falar neste conselho também, a decisão mais acertada que os
8 Conselhos Superiores tiveram foi de dar sequência ao processo
9 formativo dos estudantes, apesar de todas as dificuldades e apesar
10 que espiritualmente nós não éramos favoráveis a isso porque olhamos
11 o futuro, hoje temos oitenta médicos a mais, sessenta enfermeiros a
12 mais, não sabe o número exato, mas temos mais farmacêuticos,
13 biomédicos e principalmente fisioterapeutas porque demos sequência
14 ao processo formativo. Quem esperaria que estaríamos nessa
15 condição esse ano, espera que em março do ano que vem não
16 estejamos mais nessa situação, mas, se estivermos dado a decisão
17 que tivemos ano passado, nós teremos mais profissionais formados. E
18 aproveita para fazer outro esclarecimento aos senhores. Fomos
19 procurados pela Assuel Sindicato para fechar a clínica odontológica
20 universitária, ela é 100% SUS, diminuiu muito seus atendimentos
21 durante o ano passado, estes atendimentos são sequenciais, a
22 pessoa entra e é super bem tratada, ficamos mais no emergencial, o
23 que no diagnóstico do pessoal da área odontológica, agravou muito a
24 saúde bucal dos mais pobres que procuram a clínica odontológica,
25 claro que houve estas medidas restritivas, houve um pedido para
26 fecharmos este serviço durante o *lockdown*, primeiro que nós não
27 estávamos em *lockdown* e este serviço é tratado como setor de saúde
28 e nos vários argumentos que foram utilizados, foram argumentos
29 justos. Os profissionais da COU foram vacinados porque são da área
30 de saúde, os professores que estão atendendo foram vacinados,
31 inclusive teve uma denúncia que haveria aula presencial na COU
32 antiga, verificamos e o CCS interditou aquela aula, não é para ter aula
33 teórica com presença, é apenas atividade prática porque precisamos
34 continuar formando profissionais de saúde, se a universidade pública
35 brasileira tivesse parado de formar profissionais de saúde no ano
36 passado, hoje a situação seria pior e a Assuel usou de argumento que
37 os estudantes de quarto e quinto anistas estão na clínica com
38 atividades práticas, que equivalem ao internato da saúde da
39 enfermagem, eles estão atendendo pacientes, fazem parte do
40 processo e eles foram vacinados, a nossa surpresa é que a Assuel
41 denunciou este fato ao Ministério Público, porque não consta
42 estudante no plano estadual de vacinação, fica uma situação estranha

1 porque dá a impressão de que criamos uma volta para furar a fila. Os
2 estudantes do HU que estão em campo, todos os estudantes do CCS
3 que estão atendendo, foram vacinados, porque aí não é o plano
4 estadual de saúde, o plano segue a norma técnica do plano nacional
5 de saúde e na norma técnica do plano nacional de saúde os
6 estudantes de saúde, em atividade prática, são classificados como
7 profissionais de saúde, a Secretaria Municipal de Saúde enviou as
8 doses, eles mandaram as vacinas para o HU e o HU verificou quem
9 está credenciado no SUS e vacinou estes profissionais, então, ficou
10 uma situação muito desagradável, se isso sai na mídia e dá a
11 impressão de que estamos furando fila e não estamos. Ainda não foi
12 vacinado, a chefe de gabinete não foi vacinada, mas o vice-reitor foi
13 vacinado porque ele é plantonista do HU, o Prof. Alberto, assessor
14 direto do Gabinete, foi vacinado, porque também é plantonista do HU,
15 estão atuando cotidianamente no HU. Se nós recebêssemos da
16 Secretaria Municipal de Saúde vacina para todos e a normativa fosse
17 para vacinar todos do campus, nós faríamos, porque são eles que
18 comandam o processo, faríamos na hora. O que disse para as
19 pessoas que o questionaram sobre isso é que não foi vacinado e será
20 quando sua categoria de docente for vacinada, seguindo o plano
21 nacional de saúde, não existe categoria reitor, então trouxe para o
22 conselho universitário como esclarecimento porque pode virar notícia,
23 estamos fazendo a justificativa e de qualquer maneira a promotoria vai
24 procurar o SESMT HU que foi quem recepcionou as vacinas e serão
25 feitas as justificativas e mostrado o plano nacional de saúde, da qual
26 os estudantes em atividade prática são classificados como
27 profissionais de saúde, tanto de nível técnico, como superior, isso não
28 está escrito no plano estadual porque o plano estadual diz que vai
29 seguir o plano nacional e a promotora provavelmente vai dar esta
30 resposta. Prof. Airton - não é um informe, mas, uma manifestação da
31 Câmara em dois sentidos, primeiro pedir escusas à profa. Sandra que
32 fez a observação e o entendimento que tinha tido que era com relação
33 à questão estatutária e regimental e não tinha entendido que era do
34 regimento da farmácia universitária, então deixa registrado o pedido
35 de desculpas e falta de entendimento naquele momento. Em segundo
36 lugar, com relação à manifestação muito pertinente do prof.
37 Reginaldo, queria deixar registrado que a Câmara tem tomado muito
38 cuidado para não invadir o espaço de decisão do Conselho
39 Universitário, temos observado a questão formal, prestado muita
40 atenção se todos os passos que devem ser cumpridos, estão sendo
41 atendidos e estão de acordo com as normas que temos estabelecidas.
42 Coloca isso porque partimos do pressuposto na Câmara, de que as

1 pessoas estão tomando conhecimento dos processos. Então, não
2 estamos nos atentando para detalhes da decisão que compete aos
3 conselheiros dentro do C.U., observamos a questão formal e
4 destacamos o que naquele momento está sendo discutido. É uma
5 conduta que estamos adotando há três anos e tem sido
6 razoavelmente aceita, não houve nenhuma manifestação contrária,
7 estamos nos sentido bastante seguros. Aproveita para agradecer aos
8 membros da câmara que têm participado efetivamente e lembrar o
9 representante dos estudantes que procurem participar na medida do
10 possível porque precisamos de uma participação efetiva de todos.
11 Prof. Cristiano Medri - não é um informe, mas, uma solicitação para
12 discussão, como representante docente do CCB, temos sentido uma
13 angústia muito grande no CCB, em relação ao funcionamento das
14 atividades, estamos vivendo um momento grave da pandemia, não
15 temos hospitais em Londrina capaz de nos atender e temos os prazos
16 de iniciação científica vigentes, os prazos de TCC, os prazos da pós-
17 graduação vigentes e temos estudantes que estão tendo que
18 desenvolver seus trabalhos, ainda que nós digamos fique em casa e
19 desenvolva remotamente nem sempre isso é possível, uma vez que
20 os prazos estão vigentes, nos sentimos obrigados a realizar o
21 trabalho. Então, na instância adequada isso tem que ser discutido,
22 uma dilação destes prazos, uma suspensão temporária destes editais,
23 algum tipo de prorrogação, ainda que por algumas semanas ou alguns
24 meses. Tem alguns estudantes de iniciação científica que tem prazos
25 e tendo prazos eles vão ter que trabalhar, está muito preocupado com
26 isso, não sabe como agir, não sabe se como professor manda eles
27 ficarem em casa. Reitor - existe uma comissão de pesquisa no CCB,
28 acha que você pode procurar esta comissão para que eles procurem a
29 Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação. Prof. Cristiano - compreende
30 o trâmite, mas, como conselheiro sentiu a necessidade de colocar isso
31 no conselho porque tem essa burocracia e leva um tempo para
32 acontecer. Reitor - no conselho é mais burocrático ainda, precisa de
33 $\frac{2}{3}$ dos votos do conselho para avocar a matéria, tem que ter um
34 processo para chegar e fazer a avocação, cada centro tem uma
35 câmara de pesquisa e não são burocráticas, elas são uma linha é
36 direta. Procura a câmara de pesquisa do centro, se o C.U fizer uma
37 discussão desta natureza passa na frente do CEPE, sabe que é um
38 espaço de angústia, mas operacionalmente só tem um jeito, fazer
39 uma reunião e avocar matéria e talvez demore mais porque quem
40 operacionaliza são as comissões, salvo engano. Prof. Paulo Meletti -
41 nós fizemos uma indicação para todos os docentes do CCB, para que
42 nesse período, em especial neste mês, as atividades sejam aquelas

1 estritamente necessárias, os experimentos que tivessem prazo maior
2 que fossem adiados, mas, por exemplo se tiver que cuidar de um
3 organismo e alguém tenha que vir, então venha de maneira
4 escalonada e que se mantenha apenas as estritamente necessárias.
5 Não sabemos quanto tempo isso vai durar, nesse sentido tem que
6 haver uma discussão sim, envolvendo a PROPPG, até para ver como
7 as entidades externas a nós vão proceder. Reitor - é importante
8 passar pela câmara de pesquisa e graduação porque algumas das
9 pessoas que estão lá, são representantes de órgãos externos à
10 universidade e que impõem prazos, então, por isso, reforço que lá é o
11 espaço mais adequado para que essa discussão seja feita, pelas
12 próprias comissões levam direto, pautam, discutem e fazem a pressão
13 externa, porque se depender só do interno, fazemos um ato executivo
14 e mexemos em todos os prazos. Prof. Guilherme - em relação à
15 iniciação científica, recebemos um e-mail da divisão de pesquisa e
16 iniciação científica e tecnologia, falando da mudança do tipo de
17 projeto, que os projetos devem ser mudados para revisão de
18 literatura, esse e-mail é do dia 09 de março, pode encaminhar se não
19 recebeu Cristiano. Prof. Cristiano - recebeu o e-mail, mas acha que
20 isso precisa ser melhor discutido, pois são muitas particularidades.
21 Entende o trâmite, mas, é uma angústia que queria partilhar. Prof.
22 Décio - ia comentar justamente sobre isso que o professor Guilherme
23 falou. Professor Cristiano, a PROPPG não pediu para renunciar o que
24 foi feito até agora, ela colocou uma alternativa para aqueles alunos
25 que não se sentirem seguros em continuarem seus trabalhos dentro
26 da universidade, da mesma maneira seus orientadores. É uma
27 situação difícil, principalmente agora com esta nova variante, estava
28 conversando com uma docente do hospital universitário, estamos com
29 100% de ocupação dos leitos da UTI pediátrica, então, não tem mais
30 faixa etária, qualquer pessoa pode ser acometida da COVID-19.
31 Portanto, o que a PROPPG fez, foi oferecer uma alternativa para
32 tentar atenuar um pouco essa angústia que todos nós estamos
33 passando. Prof. Paulo Meletti - mandou essa mensagem por escrito
34 para os chefes replicarem para seus docentes e acha importante que
35 todos nós sejamos orientadores, não só dos trabalhos dos estudantes,
36 mas da vida deles. Colocou na mensagem os cuidados que eles
37 devem ter na universidade vindo ou não vindo, eles têm que ter estes
38 cuidados em todos os espaços da vida deles, não adianta não vir para
39 universidade e continuar se expondo fora dela. Os estudantes levam
40 muito em consideração o que nós dissemos, então pede para cada
41 orientador falar com seus estudantes e orientá-los. Profa. Silvia
42 Ponzoni - entende a angústia do Cristiano, mas acredita que uma das

1 chaves para evolução é a adaptação, e neste momento precisamos
2 nos adaptar à condição que estamos vivendo, é frustrante mudar
3 projetos, mas é alternativa que nós temos hoje. Como representante
4 da comissão de pesquisa do CCB pode levar a sua angústia para a
5 câmara de pesquisa na próxima reunião, mas vê que a PROPPG já
6 apresentou uma alternativa, entende a problemática, mas acha que
7 precisamos neste momento abrir mão daquilo que consideramos
8 ideal. Reitor - agradece a presença de todos aqui, o processo que
9 retiramos de pauta é complexo, então, discutimos muito para tomar a
10 decisão. Novamente agradece a todos que já estão engajados nesse
11 processo de mobilização para conscientização e mobilização social
12 para que a gente fique em casa e se houver docentes ou técnicos que
13 não estão cumprindo as normas sanitárias, principalmente que estão
14 fazendo trabalho remoto, por favor, chame a atenção do colega. Será
15 muito desagradável daqui um tempo, recebermos uma denúncia que
16 tinha servidor ou professor não cumprindo as normas sanitárias, mas
17 em trabalho remoto, a UEL não pode de jeito nenhum ter escândalos
18 dessa natureza, sabemos que nesse momento polarizado no qual
19 vivemos, temos que ser apenas e tão somente o melhor exemplo
20 social. Descansem, fiquem em casa, respeitem as normas sanitárias,
21 protejam as pessoas que vocês amam, conscientizem seus
22 estudantes, seus pais e as demais pessoas, e é sempre no limite do
23 afeto que a gente dialoga nesse momento de país conflagrado de
24 desespero que pelo qual nós estamos passando. Nada mais havendo
25 a tratar, o Reitor Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho encerrou a
26 reunião e eu, Sirlei Mariano Ferreira, Secretária, “ad-hoc”, lavrei a
27 presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos
28 presentes à reunião.

29

30 Sérgio Carlos de Carvalho

31 Reitor

32

33 Décio Sabbatini Barbosa

34 Vice-Reitor

35

36 Mara Solange G. Dellarozza

37 Pró-Reitora de Extensão Cultura e Sociedade

38

39 Azenil Staviski

40 Pró-Reitor de Administração e Finanças

41

42

43 Marta Gimenez Favaro

44 Pró-Reitora de Graduação

1		<i>Diretores de Centros de Estudos</i>
2		
3	Viviane Aparecida B. Furtoso	_____
4	Diretora do CCH	
5		
6	Alan Salvany Felinto	_____
7	Vice- Diretor do CCE	
8		
9	Tânia Lobo Muniz	_____
10	Diretora do CESA	
11		
12	Gilmar Aparecido Altran	_____
13	Diretor do CECA	
14		
15	Marcos Augusto Rocha	_____
16	Vice-Diretor do CEFE	
17		
18	Airton José Petris	_____
19	Diretor do CCS	
20		
21		
22	Paulo César Meletti	_____
23	Diretor do CCB	
24		
25	Eloísa Rodrigues	_____
26	Vice-Diretora do CTU	
27		
28	José Roberto Pinto	_____
29	Vice-Diretor do CCA	
30		
31		
32		<i>Representantes do CEPE</i>
33		
34	Ângela P. Teixeira V.Palma	_____
35	Representante da Câmara de Pós-Graduação	
36		
37	Silvia Ponzoni	_____
38	Representante da Câmara de Pesquisa	
39		
40	Edméia Aparecida Ribeiro	_____
41	Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade	
42		
43	Inês Cristina de B. Fonseca	_____
44	Representante da Câmara de Graduação	
45		
46	Marcelo Alves de Carvalho	_____
47	Representante da Câmara de Graduação	
48		
49	Márcia Regina E. Perugini	_____

Representante da Câmara de Pós-Graduação

Representantes não vinculados à Instância Administrativa

Ângela Lamas Rodrigues
Representante do CLCH

Cristiano Medri
Representante do CCB

Guilherme Biz
Representante do CCE

Guilherme Schiess Cardoso
Representante do CCA

Keli Regiane T. da Fonseca Pinto
Representante do CCS

Nilson Magagnin
Representante do CTU

Reginaldo Melhado
Representante do CESA

Ronaldo José do Nascimento
Representante do CEFE

Representantes das Categorias Docentes

Célio Roberto Estanislau
Representante titular

Eliel Ribeiro Machado
Representante Associado

Lorena Ferreira Portes
Representante Adjunto

Roberta Romaniolo de Mattos
Representante Assistente

Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Joabe Vieira da Costa
Representante dos servidores Técnicos Administrativos

- 1 Rafael Bataglia da Silva _____
2 Representante dos servidores Técnicos Administrativos
3
4
5 Thiago Corrêa Mattos _____
6 Representante dos servidores Técnicos Administrativos
7
8 Vanilda Gomes Pacheco
9 Representante dos servidores Técnicos Administrativo
10
11 João Vitor da Silva Oliveira _____
12 Representantes Discentes
13
14 Eliel Joaquim dos Santos _____
15 Representante das Classes Trabalhadoras
16